

Relatório da Quarta Assembléia Plenária

Congresso Nacional do Brasil

Brasília, Brasil

de 19 a 21 de maio de 2005

Foro Interparlamentario de las Américas
Fórum Interparlamentar das Américas



Forum interparlementaire des Amériques
Inter-Parliamentary Forum of the Americas

Relatório final

Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês



Agradecimentos

O Secretariado técnico do FIPA faz questão de agradecer enfaticamente o Congresso Nacional do Brasil assim que o deputado Luiz-Carlos Haully e a Coordenação de Relações Públicas da Câmara dos Deputados do Brasil por ter permitido a realização desse evento.

Agradecemos também a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional e o Escritório para a Promoção da Democracia da Organização dos Estados Americanos por suas contribuições financeiras, assim que o Governo finlandês e o Instituto do Banco mundial pelo seu apoio ao Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas.

Finalmente fazemos questão de expressar nossos sinceros agradecimentos a todos os especialistas e palestrantes, para as suas contribuições aos debates da Quarta Assembléia Plenária do FIPA.

ÍNDICE

1.	Introdução.....	5
2.	Cerimônia de abertura	5
3.	Primeira sessão da Plenária.....	6
3.1	Eleição do presidente da Quarta Plenária.....	7
3.2	Relatório da presidenta do FIPA	7
3.3	Constituição dos grupos de trabalho	7
3.4	Outras questões	8
4.	Última sessão da Plenária	9
4.1	Relatórios dos grupos de trabalho.....	9
4.2	Eleição dos membros do Comitê Executivo para 2005 - 2007.....	13
4.3	Escolha do local da próxima Plenária	14
4.4	Cerimônia de encerramento	14
5.	Anexos	16
5.1	Anexo 1 – Países e delegados participantes	16
5.2	Anexo 2 – Discursos pronunciados na cerimônia de abertura	20
5.3	Anexo 3 – Apresentação sobre a ALCA e a Cúpula das Américas do ministro das Relações Exteriores do Brasil	27
5.4	Anexo 4 – Programa da Quarta Plenária	42
5.5	Anexo 5 – Relatório da presidenta do FIPA	44
5.6	Anexo 7 – Relatório e recomendações de Grupo de Trabalho 1 (Terrorismo).....	50
5.7	Anexo 8 – Relatório e recomendações do Grupo de Trabalho 2 (ALCA).....	56
5.8	Anexo 9 – Relatório e recomendações do Grupo de Trabalho 3 (Dívida Externa).....	68
5.9	Anexo 10 – Relatório e recomendações do Grupo de Mulheres Parlamentares	72
5.10	Anexo 10 – Composição do Comitê Executivo 2005-2006	78

1. Introdução

Aceitando o amável convite do Congresso Nacional do Brasil, a Quarta Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA) foi realizada em 19, 20 e 21 de maio em Brasília.

Esse importante evento atraiu 86 parlamentares a título de delegados oficiais de quinze países do hemisfério e de três organizações parlamentares regionais (*ver Anexo 1 para uma lista dos países e dos delegados participantes*).

Durante a Plenária, três grupos de trabalhos tiveram a oportunidade de debater sobre o papel dos parlamentares na luta contra o terrorismo, sobre o processo da ALCA e sobre a questão da dívida externa. O Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas também realizou a sua terceira sessão regular em 20 e 21 de maio de 2005.

2. Cerimônia de abertura



A sessão solene de abertura da Quarta Plenária realizou-se na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional do Brasil, na quinta-feira 19 de maio de 2005, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Renan Calheiros, presidente do Senado federal.

Após ter declarado aberta a sessão, o senador Calheiros cedeu a palavra ao deputado Luiz Carlos Hauly que desejou as boas-vindas aos participantes na qualidade de representante brasileiro junta a FIPA.

A cerimônia prosseguiu com uma alocução da Excelentíssima Céline Hervieux-Paquette, presidenta do FIPA, que declarou ser grata pela acolhida do Congresso brasileiro e que demonstrou seu entusiasmo em ver reunidos uma vez mais tantos parlamentares determinados a contribuir através de seus intercâmbios para o progresso econômico e social em todo o continente.

O presidente do Tribunal Suprema Federal do Brasil, o Excelentíssimo Nelson Jobim, salientou ainda o valor do diálogo interparlamentar diante dos problemas de natureza transnacional que caracterizam o século XXI.

Relatório final **Quarta Assembléia Plenária**

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

O presidente da Câmara dos Deputados, o Excelentíssimo Severino Cavalcanti, dirigiu-se em seguida à assembléia. Ele declarou que era uma honra para ele ser o anfitrião dessa Quarta Plenária e salientou a importância de cada um dos temas incluídos na pauta do trabalho diário dos legisladores.

A sessão encerrou-se com um discurso do Excelentíssimo Renan Calheiros que, por sua vez, chamou a atenção para o papel do FIPA como protagonista do diálogo parlamentar interamericano, e afirmou em seguida que está convicto que a construção de democracias mais eficientes passava por um reforço do poder legislativo.

(Ler no Anexo 2 o texto das alocações pronunciadas na cerimônia de abertura).

Após uma breve pausa, o deputado Luiz Carlos Hauly convidou os parlamentares a retomar seus lugares para ouvir a apresentação do ministro das Relações Exteriores, o Excelentíssimo Celso Luiz Nunes Amorim, que tratava do processo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e sobre a Quarta Cúpula das Américas. O ministro Amorim retrçou o histórico do projeto da ALCA e salientou depois certos fatores nocivos à evolução das negociações no presente momento, em particular, a lenta progressão das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) e a diferença nos níveis de desenvolvimento dos países do hemisfério. Ele mencionou um horizonte de alguns anos para o encerramento das negociações. Finalmente parabenizou o FIPA por interessar-se igualmente às questões políticas e sociais que também fazem parte do programa das Cúpulas.

(Ler no Anexo 3 o texto do discurso do ministro)

3. Primeira sessão da Plenária

Os trabalhos da Quarta Plenária começaram oficialmente com a leitura da pauta apresentada pela presidenta do FIPA, a senadora Hervieux-Payette. A pauta foi aprovada por unanimidade pela Plenária *(ver anexo 4 para ler a pauta)* sobre moção da Jamaica apoiada por Granada. A senadora





Hervieux-Payette também passou em revista algumas regras para o encaminhamento dos debates.

3.1 Eleição do presidente da Quarta Plenária

Em seguida, a senadora Hervieux-Payette presidiu à eleição do presidente da Quarta Plenária. O Canadá, apoiado pelo México, propôs a eleição do deputado Luiz Carlos Hauly do Brasil, eleito por aclamação.

3.2 Relatório da presidenta do FIPA

A presidenta do FIPA apresentou o seu relatório anual resumindo os trabalhos do Comitê Executivo e dos grupos de trabalho permanentes. Em particular, ela apresentou os resultados dos dois fóruns regionais do Grupo das Mulheres Parlamentares que foram realizados em Barbados e na Argentina, lembrando o quanto é importante que os parlamentos se manifestem na Quarta Cúpula das Américas em Mar del Plata. Além disso, a senadora Hervieux-Payette salientou os esforços feitos para reforçar o Secretariado Técnico do FIPA e incentivou os parlamentos a pagar suas contribuições anuais como previsto pela resolução FIPA/PA/2004/RES.1 sobre a “inclusão oficial das assembléias legislativas nacionais das Américas no FIPA”.

(Ler no Anexo 5 o texto do relatório da presidenta).

3.3 Constituição dos grupos de trabalho

O presidente da Quarta Plenária cedeu a palavra à presidenta do FIPA, que deu uma visão da temática e da constituição de cada um dos grupos de trabalho. A senadora Hervieux-Payette aproveitou para lembrar que o Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas se reuniria pela manhã na sexta-feira 20 de maio e no sábado 21 de maio.

Os grupos eram os seguintes :

Grupo de Trabalho 1 – Luta contra o terrorismo

Presidenta: Senadora Silvia Hernández (México)

Mediadores: Sr. Mauro Miedico (Gabinete das Nações Unidas contra a droga e o crime)

Relatório final

Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

Sr. Kevin Newmeyer (Comitê interamericano contra o terrorismo da Organização dos Estados Americanos)

Relator: Sr. Sérgio Fernandes Senna Pires (Congresso Nacional do Brasil)

Grupo de Trabalho 2 – Área de Livre Comércio das Américas

Presidente e presidente interino:

Sr. Don Boudria, deputado (Canadá) e senador James Kelleher (Canadá)

Mediadores: Sra. Verónica Silva (Divisão do comércio e da integração da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe)

Sr. César Parga (Departamento do Comércio, do Crescimento e da Competitividade da Organização dos Estados Americanos)

Relator: Sr. Rosendo Pereira de Melo Neto (Congresso Nacional do Brasil)

Grupo de Trabalho 3 – Dívida Externa

Presidente: Deputado Luis Arturo Molinari Romero (Argentina)

Mediador: Sr. James Haley (Banco do Canadá)

Relator: Sr. Osmar Perazzo Lannes Júnior (Congresso Nacional do Brasil)

Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas

Presidenta: Deputada Margarita Stolbizer (Argentina)

Conferencista: Sra. Ana Falu (Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres. Agência Régional do Cône Sul)

Relator: Sra. Ana Luiza Backes (Congresso Nacional do Brasil)

3.4 Outras questões

A presidenta do FIPA aproveitou a primeira sessão da Plenária para lembrar que haverá eleições para substituir a metade dos membros do



Comitê Executivo (um em cada sub-região) por ocasião da última sessão plenária.

Ela também salientou a presença do Sr. Bruce Fox, da *Canadian Commercial Corporation*, que veio convidar os participantes a assistir à Conferência das Américas sobre as Compras Governamentais que será realizada em Atlanta no final do mês de outubro de 2005.

4. Última sessão da Plenária

A última sessão da Quarta Plenária do FIPA foi realizada pela manhã de 21 de maio de 2005, no Senado Federal.

4.1 *Relatórios dos grupos de trabalho*

Um após o outro, os presidentes dos grupos de trabalho apresentaram um resumo das suas deliberações e submeteram o relatório final com as recomendações para aprovação da Plenária.

4.1.1 *Grupo de Trabalho 1 – Luta contra o terrorismo*

A senadora Silvia Hernández do México presidia os trabalhos do Grupo de Trabalho sobre o Terrorismo, do qual 26 parlamentares participaram. Os trabalhos foram iniciados com uma apresentação do terrorismo do Sr. Mauro Miedico, especialista em prevenção do terrorismo, do Departamento das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODP). O Sr. Miedico deu uma visão geral das diversas resoluções e instrumentos de luta contra o terrorismo das Nações Unidas e propôs aos parlamentares algumas pistas para a sua implantação no âmbito legislativo. Ele informou também os parlamentares sobre os programas de assistência técnica oferecidos pelo UNODP. Houve um período de debate antes do encerramento dessa primeira sessão de trabalho.

A segunda sessão começou por uma apresentação do Sr. Kevin Newmeyer, diretor de programa para o Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE) da Organização dos Estados Americanos (OEA). Após uma breve introdução da Convenção Interamericana contra o terrorismo, o Sr. Newmeyer tratou do papel dos legisladores, da elaboração de leis nacionais para a alocação de recursos

Relatório final
Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

orçamentários para a luta contra o terrorismo. Ele afirmou a disposição do CICTE em envolver mais parlamentares em suas atividades.

Após um período de debate, os membros do Grupo de Trabalho sobre o Terrorismo adotaram uma série de recomendações segundo as quais, entre outras coisas, eles reiteram a urgência de ratificar, de implantar e de aplicar instrumentos internacionais de luta contra o terrorismo e solicitam a assistência técnica do CICTE para redigir um guia destinado aos parlamentares das Américas.

O texto de recomendações foi aprovado por unanimidade pela Assembléia após um debate que levou à alterações menores.

Os documentos distribuídos pelos Senhores Miedico e Newmeyer serão colocados à disposição dos parlamentares no site do Parlamento Virtual das Américas (www.e-fipa.org).

(Ler no Anexo 6 o texto do relatório e das recomendações do Grupo de Trabalho sobre a Luta contra o Terrorismo)

4.1.2 Grupo de Trabalho 2 – Processo da Área de Livre Comércio das Américas

O Grupo de Trabalho sobre a Área de Livre Comércio das Américas se reuniu sob a presidência do senador James Kelleher e do deputado Don Boudria do Canadá, com a participação de 20 parlamentares.

A primeira sessão de trabalho foi dedicada às apresentações da Sra. Verónica Silva, agente econômica da Divisão do Comércio e da Integração da Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe (CEPALC) e do Sr. César Parga, especialista principal do Departamento do Comércio, do Crescimento e da Competitividade da OEA.

A Sra. Silva apresentou um resumo atualizado do processo de negociações dentro da Organização Mundial do Comércio (OMC), dando enfoque às discussões ocorridas no âmbito do “Pacote de julho de 2004” e à situação particular da América Latina e do Caribe no contexto das negociações comerciais atuais.

O Sr. César Parga continuou com uma apresentação centrada no processo de negociações da Área de Livre Comércio das Américas. Ele mencionou alguns fatores externos que contribuem para o atual impasse, assim como algumas dificuldades próprias às negociações.

Ele citou também o acompanhamento que os legisladores poderiam fazer no processo de liberalização, tanto nas fases de negociação e de implantação como na elaboração de uma agenda nacional de competitividade e produtividade.

As segundas e terceiras sessões de trabalho suscitaram debates animados que levaram à adoção de uma série de recomendações propondo, em particular, a adoção de políticas complementares aos acordos de livre comércio no intuito de favorecer o emprego de qualidade, o desenvolvimento econômico, e os programas sociais assim como políticas de competitividade e produtividade. O texto contém também recomendações relativas às subvenções para a agricultura, às medidas sanitárias e fitossanitárias, à imigração e mobilidade da mão-de-obra e às condições especiais dos países em desenvolvimento. Finalmente, há um pedido ao FIPA para continuar com a colaboração interparlamentar em matéria comercial.

As recomendações foram objeto de algumas alterações feitas durante a plenária de 21 de maio de 2005, para serem, em seguida, aprovadas por unanimidade.

(Ler no Anexo 7 o texto do relatório e das recomendações do Grupo de Trabalho sobre a ALCA)

4.1.3 Grupo de Trabalho 3 – Dívida Externa

O Grupo de Trabalho sobre a Dívida Externa, presidido pelo deputado argentino Luis Arturo Molinari Romero, contava com a participação de 19 parlamentares.

A primeira sessão de trabalho começou com uma apresentação do Sr. James Haley, especialista do Banco do Canadá, que falava aqui em seu nome pessoal. O Sr. Haley mencionou em particular de que maneira, através de políticas fiscais e monetárias fortes e da busca de um equilíbrio, os Estados poderiam – teoricamente – tirar proveito de uma dívida externa. Ele não esqueceu de mencionar que existia um descompasso em alguns casos entre a teoria e a prática e mencionou a necessidade de repensar o papel do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Os trabalhos continuaram com uma sessão de debate que levou à adoção de recomendações. Os parlamentares recomendam entre outras coisas que os parlamentos participem das deliberações sobre

Relatório final
Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

as questões de endividamento e continuam a colaboração através da criação de um comitê interparlamentar de acompanhamento das negociações com as instituições financeiras internacionais. Eles pedem também ao Comitê Executivo do FIPA que insista para que os Chefes de Estado e de Governo ratifiquem o seu compromisso de lutar contra as desigualdades, contra a defasagem no acesso à educação, contra a fome, a pobreza e a corrupção favorecendo a criação de empregos e o acesso à educação.

As recomendações foram aprovadas por unanimidade pela Plenária em 21 de maio de 2005 após um debate que levou à alterações menores.

(Ler no Anexo 8 o texto do relatório e das recomendações do Grupo de Trabalho sobre a Dívida Externa)

4.1.4 Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas

A terceira sessão regular do Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas, presidida pela deputada Margarita Stolbizer da Argentina, foi realizada em 20 e 21 de maio de 2005.

A deputada Janete Capiberibe do Brasil desejou as boas-vindas aos participantes, cedendo em seguida a palavra às deputadas Margarita Stolbizer da Argentina e Glynis Roberts de Granada, que apresentaram os resultados dos fóruns regionais sobre a liderança feminina e o reforço da governança realizados em Barbados (de 20 a 22 de março de 2005) e na Argentina (de 6 a 8 de abril de 2005). Logo após houve um debate durante o qual as parlamentares comentaram os resultados dos fóruns e deram as suas sugestões para o plano de trabalho do Grupo das Mulheres.

A segunda sessão começou com uma apresentação da Sra. Ana Falu, diretora da Agência Regional do Cone Sul do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM). A apresentação tratava do papel das parlamentares na implantação e na aplicação da legislação e políticas em favor da igualdade dos sexos.

Em seguida, os participantes adotaram recomendações através das quais eles se comprometem a submeter os resultados das suas discussões sobre as mulheres, a pobreza e o emprego aos Chefes de Estado e de Governo das Américas em vista da Quarta Cúpula das Américas em Mar del Plata, e pedem que, por intermédio do FIPA, as

sugestões das parlamentares sejam consideradas quando estiver em jogo a promoção de um diálogo social que envolva intervenientes governamentais e sociais em vista de um modelo de desenvolvimento com empregos mais numerosos e de melhor qualidade. O texto prevê também a elaboração de um plano de trabalho para 2005-2007.

As recomendações foram aprovadas por unanimidade pela Plenária.

(Ler no Anexo 9 o texto do relatório e das recomendações do Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas)

4.1.5 Introdução do Parlamento Virtual das Américas

A Sra. Lola Giraldo, coordenadora do Parlamento Virtual das Américas, deu a cada um dos grupos de trabalho um curso rápido sobre como usar o Parlamento Virtual das Américas, apresentando, entre outras coisas, as modalidades de inscrição e de participação às discussões em linha. O *Guia dos Usuários* distribuído pela Sra. Giraldo está disponível no site www.e-fipa.org.

4.2 Eleição dos membros do Comitê Executivo para 2005 - 2007

A Assembléia elegeu a metade dos membros do Comitê Executivo para 2005-2007. Representantes de cada uma das quatro sub-regiões foram eleitas da seguinte forma:

A delegação do Canadá propôs que o **México** seja reeleito como representante da América do Norte; proposta adotada.

A delegação da Costa Rica propôs que a **Guatemala** seja eleita como representante da América Central substituindo a Costa Rica; proposta adotada.

A delegação da Guiana propôs que **Granada** seja eleita como representante do Caribe, substituindo o Haiti (cargo vago desde 2004); proposta adotada.

A delegação da Argentina propôs que o **Chile** seja eleito como representante da América do Sul substituindo a Argentina; proposta adotada.

(A composição do Comitê Executivo para o ano 2005-2006 se encontra no anexo 10.)

Relatório final
Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

4.3 Escolha do local da próxima Plenária

O presidente da Assembléia lembrou a decisão tomada por ocasião da Terceira Plenária do FIPA em Valparaíso (Chile) de aceitar a oferta feita pela Colômbia de ser a anfitriã da Quinta Plenária do FIPA.

O Congresso Colombiano confirmou a sua oferta posteriormente à Assembléia.

4.4 Cerimônia de encerramento

A presidenta do FIPA agradeceu oficialmente os delegados pela sua participação, assim como os organizadores da Quarta Plenária do FIPA, graças aos quais o evento se tornou um sucesso. Ela fez questão de agradecer em particular os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados do Brasil pela sua acolhida, o representante brasileiro junto ao FIPA, o Sr. Luiz Carlos Haully, e os presidentes dos Grupos de Trabalho.

Ela apresentou aos delegados alguns projetos em curso e os convidou a visitar o site www.e-fipa.org para se manterem informados.

Finalmente, o presidente da Assembléia, o excmo. Luiz-Carlos Haully, declarou oficialmente encerrada a Quarta Assembléia Plenária do FIPA.

* * * *



Participantes da Quarta Assembléia Plenária



Congresso Nacional do Brasil

5. Anexos

5.1 Anexo 1 – Países e delegados participantes

Presidenta do FIPA

Senadora Céline Hervieux-Payette

Argentina

Senador Luis Alberto Falco
Senadora María Cristina Perceval
Deputado Mauricio Carlos Bossa
Deputada María Teresa Ferrín
Deputado Luis Arturo Molinari Romero
Deputada Olinda Montenegro
Deputada Rosario Romero
Deputado Aníbal Jesús Stella
Deputada Margarita Stolbizer
Deputada Alicia Ester Tate

Brasil

Senador Cristovam Buarque
Deputado Luiz José Bittencourt
Deputada Janete Capiberibe
Deputado Benedito Dias
Deputado Edson Ezequiel de Matos
Deputado João Paulo Gomes da Silva
Deputado Luiz Carlos Hauly
Deputada Edna Macedo
Deputado Zequinha Marinho
Deputado Colbert Martins
Deputado Antônio Carlos Mendes Thame
Deputado Nilson Mourão
Deputado José Francisco Paes Landim
Deputado Sílvio Torres



Deputado Tarcísio Zimmermann

Canadá

Senador Michel Biron
Senador Percy Downe
Senador James Kelleher
Senadora Madeleine Plamondon
Don Boudria, Deputado

Chile

Senador José García Ruminot
Deputado Germán Becker Alvear
Deputado Waldo Mora Longa
Deputado Iván Alejandro Moreira Barros
Deputado Luis Iván Paredes Fierro
Deputado Esteban Valenzuela Van Treek

Costa Rica

Deputado Mario Calderón Castillo

Cuba

Deputado Tuval Páez Hernández
Deputada Elsa Rojas Hernández
Deputado Ernesto Suárez Méndez

Equador

Deputada Ana Lucía Cevallos Muñoz
Deputado Geovanny Flores

Granada

Deputada Glynis Roberts

Guatemala

Deputado Matías Ajvix Locón
Deputado Alfredo De León Solano

Relatório final

Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

Deputado Job Ramiro Garcia y Garcia
Deputado Hugo Rolando López Barrios
Deputado Gudy Rivera Estrada

Guiana

Deputada Genevieve Allen

Honduras

Deputado Jack Arévalo Fuentes
Deputado José María Lagos Blanco
Deputado Francisco Ramos Martínez
Deputada Elisa Cristina Ruiz Guevara

Jamaica

Deputada Sharon Hay-Webster

México

Senadora Noemí Guzmán Lagunes
Senadora Silvia Hernández Enríquez
Senadora Filomena Margaiz Ramírez
Senadora María del Carmen Ramírez García
Deputado Luis Eduardo Espinoza Pérez
Deputado Rogelio Flores Mejía
Deputada Blanca Gámez Gutiérrez
Deputado Jesús Porfirio González Schmal
Deputado Francisco Luis Monárrez Rincón
Deputado Mario Alberto Zepahua Valencia

Paraguai

Senadora Adriana Franco de Fernández
Senador Alfredo Ratti
Senador Miguel Saguier Carmona
Senador Milciades Alejandro Velázquez Ugarte
Senadora Mirtha Vergara de Franco
Deputado Simón Benítez Ortiz



Deputado Juan Roberto Espínola Rivero
Deputado Oscar Fernando Mercado Grau
Deputada Rosa Esperanza Merlo Drews
Deputado Juan Bartolomé Ramírez Brizuela
Deputado Edgar Domingo Venialgo Recalde

Venezuela

Deputado Rodrigo Cabezas
Deputado Pedro Carreño
Deputado Simón Escalona
Deputada Cilia Flores
Deputada Desirée Santos Amaral
Deputada María Iris Varela Rangel

Confederação Parlamentar das Américas (COPA)

Deputada Maria José Maninha, presidenta (Câmara dos Deputados do Brasil)
Deputado Pierre Moreau (Assembléia Nacional do Quebec)

Parlamento Andino

Parlamentar andina Juana Maria Vallejo Klaere (Equador)

Parlamento Latino-Americano

Deputada Yeda Crusius (Câmara dos Deputados do Brasil)

Secretariado do FIPA

Sra. Lola Giraldo
Sra. Emmanuelle Pelletier
Sra. Sabra Ripley

Relatório final
Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

5.2 Anexo 2 – Discursos pronunciados na cerimônia de abertura



5.2.1 Discurso da presidenta do FIPA

Discurso da Exma. Sra. Céline Hervieux-Payette, Senadora do Canadá, Presidenta do FIPA

Original: Espanhol

Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal; Exmo. Sr. Deputado Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal e meu amigo; Exmo. Sr. Deputado Luiz Carlos Hauly, representante brasileiro no Fórum Interparlamentar das Américas — FIPA; meus amigos e colegas, tenho muito prazer em estar de novo neste maravilhoso País, desfrutando do calor e da hospitalidade do povo brasileiro. Desde o começo, o FIPA/Brasil esteve presente, dando apoio a essa iniciativa de integração parlamentar das Américas e foi por meio do nosso colega e amigo Luiz Carlos Hauly que o Congresso brasileiro participou ativamente na consolidação da nossa organização.

Nos últimos quatro anos, o FIPA tornou-se um espaço importante de interação parlamentar, não somente devido ao programa de trabalho pragmático, mas também porque ele oferece aos parlamentares de todos os países do hemisfério a oportunidade de conhecer, dialogar, debater suas opiniões e de aproveitar da experiência dos outros. Não é mera coincidência, se as discussões francas do FIPA ajudaram, entre outras coisas, a resolver crises entre os países do Cone Sul, a criar novos comitês parlamentares na América Central ou dar passos à frente no tema da igualdade dos sexos no Caribe.

Estou convencida de que a confiança mútua é o único meio de consolidar a nossa vontade de superar os obstáculos inerentes a um mundo cada vez mais complexo e dinâmico. Por isso, acho que a comunicação e a interação entre os representantes legítimos dos nossos povos respectivos são mais importantes do que nunca. Os regimes democráticos da nossa região são confrontados a inúmeros desafios e é crucial que estabeleçamos estratégias comuns para enfrentar esses desafios.

Ao mesmo tempo, a nova ordem mundial oferece aos países das Américas inúmeras oportunidades das quais não poderemos aproveitar individualmente, é preciso admitir. Uma estreita colaboração entre os países do hemisfério é essencial à evolução dos nossos povos; essa cooperação deve existir em todos os níveis e, em particular, entre os parlamentares, pois são os legisladores que servem de vínculo direto entre os cidadãos e as instituições governantes. Daí a potência da participação parlamentar nos processos de negociação internacional, relevante para garantir o sucesso das iniciativas de cooperação e integração.

Por esse motivo, o FIPA procura buscar espaços para discussão dos temas da agenda ministerial de tal forma que os Parlamentares, desde o Canadá até a Argentina, tenham a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento de projetos em comum que permitam o avanço das nossas políticas sociais e econômicas. Apesar de a organização do evento trabalhar com um mínimo de pessoal e orçamento, quero agradecer ao meu colega, Deputado Luiz Carlos Hauly, que preparou esta reunião.

Há aqui clara indicação da vontade de cooperar, de trabalhar para nos conhecermos melhor e continuarmos com o desenvolvimento dessa importante iniciativa.

Agradeço a todos o apoio e a participação neste evento, especialmente aos Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e também ao Presidente da Corte Suprema Federal, porque a presença de S.Exas. hoje constitui importante reconhecimento pelo trabalho desse Fórum, numa clara indicação de que estamos trilhando o bom caminho.

Muito obrigada.

Relatório final
Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

5.2.2 Discurso do presidente do Supremo Tribunal Federal

**Discurso do Exmo. Sr. Ministro Nelson Jobim, Presidente do
Supremo Tribunal Federal do Brasil**

Original: Português

Exmo. Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros; Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Severino Cavalcanti; senhoras e senhores membros da Mesa; Sr. Chanceler Celso Amorim; Sras. e Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, creio que este congresso, que reúne o Fórum Interparlamentar das Américas, representa entendimento importante não só no que diz respeito à temática de alta relevância para os interesses latino-americanos e americanos no todo.

Além da abordagem dos temas Área de Livre Comércio das Américas — ALCA, política de segurança e combate ao terrorismo e dívida externa, bem como do papel da mulher, há também um aspecto importante que deve ser considerado por todos os senhores: a América caracteriza-se basicamente por ser um continente de países presidencialistas. Nesses regimes, a tendência moderna, tendo em vista a rapidez dos processos decisórios, é a presença muito maior do Poder Executivo do que do Parlamento. Os sistemas eleitorais latino-americanos, ao tornar cada vez mais representativos os Parlamentos, fazem com que se reduza a hegemonia do processo decisório e que, portanto, a maior representatividade do Parlamento sempre signifique uma dificuldade de operação no sentido da formação das vontades majoritárias.

Todos os senhores conhecem as dificuldades dos Parlamentos extraordinariamente representativos, que pagam o preço da sua representação nacional e do seu Estado correspondente com as dificuldades de formação da vontade majoritária.

Os nossos sistemas, principalmente regimentais parlamentares, são ajustados exatamente ao tempo em que a característica era a hegemonia baixamente representativa dos Parlamentos, o que produzia a hegemonia de uma maioria que poderia tomar decisões.

Creio que a crise moderna dos Parlamentos é exatamente esta: quanto maior representatividade, maior a incapacidade de processos decisórios. Esse é o grande tema que faz com que os Parlamentos acabem sendo afastados progressivamente — não pelos seus



defeitos, mas sim pela representatividade do processo decisório das nações, no que diz respeito à internacionalização das questões.

No mundo moderno, as decisões internas dependem exatamente de uma perspectiva de inserção no mundo em que se produz o desenvolvimento sustentável.

Creio que essas discussões, principalmente uma discussão que transcende as fronteiras nacionais, têm de ser claramente postas com transparência.

As soberanias nacionais do século XIX não coincidem mais com os crimes transnacionais. As estruturas jurídico-políticas que se produziram no século XIX, que se repetiram no século XX e continuarão a progredir no século XXI não se ajustam ao modelo transnacional de criminalidade.

As fronteiras nacionais, quando no espectro da criminalidade organizada internacional, são exatamente um ambiente de proteção e de vantagem competitiva do crime internacional no seu combate. Daí porque, Sr. Presidente, é extraordinariamente importante esta temática, não só na discussão econômica, mas também no que diz respeito ao tratamento do crime organizado e, além do mais, das relações entre os países decorrentes da dívida externa.

Creio que é um grande momento. Nós, do Supremo Tribunal Federal, por intermédio do seu Presidente, desejamos-lhes boas-vindas ao Brasil. Aprendam, divirtam-se e gozem desta terra, que é extraordinariamente hospitaleira.

Gracias.

5.2.3 Discurso do presidente da Câmara dos Deputados do Brasil

Discurso do Exmo. Sr. Deputado Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil

Original: Português

Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, demais membros da Mesa, Sras. e Srs. Senadores, Sras e Srs. Deputados, minhas senhoras, meus senhores, é com grande satisfação que participo desta sessão de abertura da IV Assembléia

Relatório final
Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas, que a Câmara dos Deputados tem a honra de sediar.

Acontecimentos como este revelam a nova realidade decorrente do processo de globalização em que aos Parlamentares não bastam as preocupações nacionais rotineiras com a intenção dos intercâmbios econômicos, políticos e socioculturais, que têm caracterizado as relações internacionais atuais; exige-se cada vez mais dos Legislativos ações de integração, e de seus membros, uma consciência que vá além das fronteiras nacionais. Desse modo, são sempre oportunas as atividades relacionadas ao intercâmbio entre Parlamentares e Parlamentos.

Felizmente, esses encontros têm sido freqüentes, bastando para tanto lembrar que dias atrás ocorreu no País a VI Conferência Geral da Confederação Parlamentar das Américas — COPA, atualmente presidida pela Deputada Maninha, figura que engrandece o Parlamento brasileiro, e no mês passado ocorreu nas Filipinas mais uma Assembléia de União Interparlamentar, que contou com delegação de Parlamentares brasileiros.

Os trabalhos previstos para esta IV Assembléia Plenária incluem encontros do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas e debates sobre temas como terrorismo, dívida externa e Área de Livre Comércio das Américas —ALCA. Esses temas foram também abordados na última assembléia plenária, realizada no Chile, no ano passado, e deverão ser aqui aprofundados.

A escolha dos temas é bastante oportuna, uma vez que tratam de matérias de interesse de todos os países-membros do FIPA.

Na qualidade de Presidente da Câmara dos Deputados posso assegurar aos Parlamentares visitantes a relevância e o destaque que têm sido conferidos a essa matéria nesta Casa.

A dívida externa ocupa posição de destaque entre as matérias mais debatidas no Parlamento Nacional e tem sido objeto de inúmeras ações legislativas. Recentemente, o assunto mereceu análise aprofundada no Conselho de Altos Estudos da Câmara dos Deputados, resultando em uma pertinente indicação ao Poder Executivo.

O combate ao terrorismo, em termos globais, tem ganhado cada vez mais a atenção dos Parlamentares. Isso se verifica tanto na formalização de proposições tipificando atividades terroristas em nossa

legislação penal, quanto na apreciação de atos internacionais concernentes firmados pelo Poder Executivo, como a recente Convenção Interamericana contra o Terrorismo, que tramita nesta Casa.

No tocante à ALCA, a despeito dos avanços e retrocessos que têm caracterizado seu processo negociador, a constituição de uma área de livre comércio em todo o nosso continente tem sido debatida pelas Sras. Deputadas e pelos Srs. Deputados e acompanhada por órgão especialmente constituído para tratar dessa matéria, a Comissão Especial da ALCA.

Desse modo, assegurando-lhes que esta Casa tem-se preocupado com os problemas comuns que afetam os Parlamentos e Parlamentares das Américas, quero reiterar a honra de a Câmara dos Deputados sediar este evento e desejar a todos os participantes do encontro um profícuo e enriquecido debate das discussões que se seguirão hoje e pelos próximos dias.

Espero que nossa hospitalidade enseje significativos avanços no trato desses temas em nosso continente, bem como o aprofundamento do intercâmbio parlamentar, de modo a viabilizar no futuro o Parlamento das Américas.

Muito obrigado.

5.2.4 Discurso do presidente do Senado Federal do Brasil

Discurso do Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal do Brasil

Original: Português

Exmo. Sr. Severino Cavalcanti, Presidente da Câmara dos Deputados; Exma. Sra. Senadora Céline Hervieux-Payette, Presidenta do Fórum Interparlamentar das Américas; Exmo. Sr. Ministro Nelson Jobim, Presidente do Supremo Tribunal Federal; Exmo. Sr. Ministro Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores, em nome de quem saúdo todos os embaixadores e embaixadoras presentes; Exmo. Sr. Deputado Luiz Carlos Hauly, nosso representante no Fórum Interparlamentar das Américas; Srs. Líderes partidários; senhoras e senhores, é com especial satisfação que compareço à solenidade de

Relatório final
Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

abertura da IV Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas.

Desde que foi criado, em 2001, o FIPA vem-se tornando protagonista do diálogo entre nações amigas, seja pelo compartilhamento de experiências, seja pela identificação de interesses comuns nas questões hemisféricas. Foi assim na reunião inaugural de Ottawa, em 2001, e também nas plenárias realizadas nos anos seguintes, no México, Panamá e Chile.

Este evento em Brasília será de fundamental importância como reafirmação do papel exercido por nossos Parlamentos no debate das políticas de cooperação internacional. Constituirá oportunidade admirável discutir temas relevantes para nosso continente, como o papel da mulher em nossos Parlamentos, a Área de Livre Comércio das Américas, nossas dívidas externas e as políticas de combate ao terrorismo.

É auspicioso constatar que esta Assembléia estabeleceu o objetivo de contribuir para a integração como instrumento decisivo para o crescimento sustentável e harmonioso da região.

Além disso, há outro objetivo que se entrelaça com esse primeiro: o fortalecimento do papel do Poder Legislativo na democracia e nos direitos humanos. Para nós, brasileiros, a democracia adquiriu o sentido de patrimônio nacional. Vivemos sem ela por 21 anos na segunda metade do século passado. Lutamos para restaurá-la, porque sentimos na pele sua falta e pudemos nos certificar de que não há justiça sem liberdade. Vinte anos depois da redemocratização do Brasil, reforçamos nossa crença de que a democracia é a base em que se edifica o Estado moderno. O desenvolvimento, a justiça social, enfim, o progresso da Nação não poderão ser jamais alcançados sem o respeito fundamental ao direito inalienável do cidadão de escolher livremente seus governantes.

Nossa região tem feito progressos admiráveis tanto no que tange à democracia quanto aos direitos humanos. No que se refere ao Poder Legislativo brasileiro, que, com muita honra, presido, posso citar de pronto duas matérias importantes. A reforma política, ora em debate, deverá, sem dúvida, elevar o grau de representatividade e legitimidade dos nossos Parlamentares, melhorando a eficiência da democracia brasileira. Por meio do debate intenso e da crítica construtiva, o Parlamento estimulará reflexões que enriquecerão o processo de



formação de nosso destino político como País livre e soberano perante o concerto das nações.

Cito, ainda, o Estatuto do Desarmamento, aprovado há pouco tempo, pelo qual a nossa população civil está literalmente entregando suas armas ao Poder Público para serem destruídas. Entre outros avanços, o estatuto proíbe a venda, a comercialização de armas, mas a proibição só terá eficácia com a vontade da sociedade, que será aferida no referendo que realizaremos no dia 2 de outubro. O Estatuto do Desarmamento certamente já contribuiu e vai contribuir muito mais para a diminuição da violência urbana e da criminalidade.

Saúdo as delegações presentes, fazendo votos de que, ao final dos trabalhos, tenhamos atualizada nossa agenda em prol de um continente cada vez mais integrado e voltado para o desenvolvimento comum.

Vamos ao trabalho! Que este fórum seja profícuo e exitoso!

Declaro suspensa a presente sessão.

Muito obrigado a todos.

5.3 Anexo 3 – Apresentação sobre a ALCA e a Cúpula das Américas do ministro das Relações Exteriores do Brasil

Apresentação feita pelo Exmo. Sr. Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil

Original: Português

Sr. Deputado Luiz Carlos Hauly, Vice-Presidente do Fórum Interparlamentar das Américas e Presidente desta sessão, Sra. Senadora Céline Hervieux-Payette, Presidenta do Fórum Interparlamentar das Américas, querida amiga Deputada Maninha, Sras. e Srs. Parlamentares, Sras. e Srs. Embaixadores, demais presentes.

Ainda ontem, não neste plenário, mas nesta mesma Casa, tive oportunidade de fazer uma palestra longa sobre as negociações comerciais em que o Brasil está envolvido e, nesse contexto, a ALCA mereceu, também, algumas referências.

Relatório final Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

Diante deste público ilustre, prefiro dar uma idéia geral sobre a visão brasileira da ALCA, mais sob o aspecto político, naturalmente indissociável de certas questões econômicas, mas desejo poupá-los de detalhes desnecessários, embora, como se diz sempre nas negociações internacionais, “o diabo reside nos detalhes”.

Por uma dessas coincidências, em 1994, quando a ALCA foi lançada, época em que Bill Clinton era Presidente dos Estados Unidos e Itamar Franco, Presidente do Brasil, participei, na condição de Ministro das Relações Exteriores, intensamente de todo o processo de negociação para convocação da Cúpula das Américas e, especificamente, dentro da Cúpula da própria ALCA.

Coincidência ou não, nosso atual Embaixador em Washington era o Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Abdenur, que chegou a ter participação mais forte no dia-a-dia da convocação da Cúpula, da Declaração Presidencial de Miami e da própria configuração inicial de um projeto de negociação.

Faço essas referências porque penso que é muito importante ter-se uma visão do contexto em que a idéia da ALCA nasceu e saber um pouco como evoluiu. Do ponto de vista estrito de negociações comerciais ou de propostas de negociações econômicas, embora surja no Governo do Presidente Clinton, a ALCA é um desdobramento das propostas do Presidente Bush *senior*, o pai do atual Presidente Bush, que havia lançado a Iniciativa para as Américas, a *Enterprise for the Americas Initiative*. Entre os resultados, houve o acordo bilateral entre o MERCOSUL e os Estados Unidos — o chamado “4+1”. Era um desdobramento daquele processo.

Naturalmente a iniciativa da ALCA surge num contexto mais ambicioso, dentro do enquadramento político mais amplo da Cúpula das Américas, como sabem. Felizmente, aqui, na pauta do Fórum Interparlamentar das Américas, não se discutirá apenas a ALCA, mas também questões como gênero, situação das mulheres, terrorismo, dívida.

Eu me recordo, na época em que foi lançada a ALCA, que também insistimos muito para que outros aspectos, como transferência de tecnologia, questões ligadas ao desenvolvimento econômico e social, fossem igualmente objeto desse processo das Cúpulas. Mas, efetivamente, havia um componente comercial importante.

Para que se entenda o sentido desse componente comercial, é preciso lembrar aquela época. No ano de 1994, concluiu-se a Rodada Uruguai,

a primeira grande rodada de negociações comerciais desde os anos 70, desde a Rodada Tóquio, e a primeira que teve abrangência além do comércio de bens, uma vez que incluía, também, comércio de serviços, normas sobre propriedade intelectual e vários outros aspectos.

Conforme recordava ontem nesse outro foro de que participei, a Rodada Uruguai, que também levou mais de 7 anos para ser concluída, marcou uma transição muito importante: a transição do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio — GATT para a Organização Mundial do Comércio — OMC. Mas ela tinha também uma outra ambição: o que se dizia na época era que a Rodada Uruguai acabaria com todas as rodadas. Em outras palavras, não era prevista, pelo menos não estava no horizonte, a realização de outra grande rodada de negociações comerciais, justamente porque a OMC havia criado um foro e um mecanismo que permitiriam, teoricamente, negociações específicas sobre temas variados, seja agricultura, seja serviços, seja facilitação de comércio, e que dispensariam, portanto, a existência de outras rodadas.

Como sabemos, não foi isso o que, efetivamente, ocorreu. Estou apenas fazendo essa referência agora para, como se diz em inglês, ter um *marker*, ou seja, um ponto de referência, porque isso vai ter influência no período atual que estamos vivendo e no próprio desenvolvimento das negociações da ALCA.

Naquela época, portanto, não havia perspectiva de nenhuma outra grande negociação comercial. Então, quando surge a idéia da ALCA, ela surge um pouco antes do lançamento da Cúpula de Miami e um pouco depois das discussões da Iniciativa para as Américas, do Presidente Bush. Nessa época, não se falava tanto de ALCA, mas da expansão do NAFTA.

O NAFTA se expandiria para países da América do Sul e incluiria a América Latina e o Caribe. Trato, nesse caso, do aspecto comercial. Mas volto a frisar, porque o assunto é muito importante, que, na Cúpula das Américas muitos outros temas foram incluídos. Repito: fico contente em ver que muitos pontos são discutidos aqui, mas estão proximamente ligados ao tema comercial. Há também que se falar do desenvolvimento de maneira mais ampla e da preocupação para a Área de Livre Comércio das Américas não se tornar apenas uma busca de abertura de mercados, vista e percebida, sobretudo, como de interesse maior dos países mais ricos do continente.

Relatório final
Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

Acabei de visitar alguns países do Caribe. Temos dado atenção crescente aos países do Caribe no Governo do Presidente Lula. Estive na Jamaica, em Barbados e, antes, em Trinidad e Tobago, sem falar em Guiana e Suriname, que estão na América do Sul. Constatei que, nesses países, há forte preocupação para que a discussão não fique restrita ao livre comércio, mas se insira no contexto mais amplo do processo da Cúpula em termos de problemática do desenvolvimento. É assunto mais amplo.

Isso me faz abrir um pequeno parêntese. Depois voltarei ao tema mais específico. Esse parêntese tem a ver com o conceito das Américas. Somos um continente com algumas características importantes, com grandes identidades e diferenças, exceções à parte. Grandes identidades, porque há, de modo geral, no nosso continente, 2 aspectos muito fortes. Primeiro, o apego à democracia. Isso não quer dizer que não tenha ocorrido desassossegos variados, sobretudo na nossa parte do continente, mas, mesmo quando vivemos em governos muito duros e autoritários, certamente no nosso País havia pelo menos referência formal à democracia, o que não deixou de ser importante, porque isso manteve o Congresso aberto durante boa parte do tempo e depois permitiu um retorno e uma transição relativamente suaves para o governo democrático. Isso é verdade, eu diria, com graus variáveis, para praticamente todo o continente.

A outra característica que me parece muito importante é, por exemplo, a temática da mulher, como também a temática racial, dos negros, dos indígenas. Esse tema tem de estar presente em todas as discussões sobre a democracia no nosso continente. O Brasil, por exemplo, propôs há pouco, na OEA, uma convenção para eliminar a discriminação racial, temática que tem componente fortemente social, cultural, ético e é muito importante.

A característica que marca nosso continente é a abertura para a mudança. Nesse sentido, talvez nós sejamos um continente privilegiado, até porque quase tudo está por fazer, sobretudo na parte sul do continente. Há abertura à mudança, como também se nota no norte do continente.

Devo assinalar, com grande admiração, que minha geração começou vindo pela televisão, por exemplo, os incidentes de *Little Rock*, e hoje vemos Condoleezza Rice como Secretária de Estado e, antes, Colin Powell. Isso é sinal de abertura formidável para a mudança no espaço

de uma geração. O mesmo espírito de abertura para a mudança existe no sul do continente. Talvez outros também simbolizem a mesma coisa.

Independentemente da linha ideológica ou da linha política que se defenda, o fato de, em uma sociedade em que o padrão de distribuição de renda é, ainda, extremamente injusto, como é o caso do Brasil, um operário tornar-se Presidente da República — ele que teve origem mais humilde ainda do que a de um operário —, e isso ter ocorrido de maneira pacífica, tranqüila, é algo absolutamente notável. Isso também demonstra nossa abertura a mudanças.

As pessoas podem ou não concordar com o que pensa o Presidente Lula ou com o Governo dele, mas esse fato, em termos de sociologia política, transcende a própria plataforma de cada partido e é uma demonstração extremamente importante de que também na parte sul do continente estamos abertos à mudança.

Temos de fazer muito mais ainda no caso das mulheres, dos negros e dos indígenas no nosso País, mas temos avançado. Essa abertura é algo formidável. Talvez, em outras partes do mundo que também se gabam de ser democráticas, as resistências às mudanças sejam maiores.

Esse é um ponto extremamente importante, é algo que nos une profundamente. Temos de explorar esse fato. Falando de maneira muito genérica, quando citamos, por exemplo, a próxima Cúpula das Américas, temos que trabalhar sobre esse capital comum, que é a abertura para a mudança no plano social, cultural e econômico.

Como eu dizia, este é um continente de grandes identidades, mas também de grandes diferenças. Indiscutivelmente, sua parte norte, sobretudo Estados Unidos e Canadá, tem países com renda *per capita* de 10 a 15 vezes maior do que a renda *per capita* média dos países do sul do continente, mais precisamente do México para baixo, como o Caribe, a América Central e a América do Sul

Isso, de certa maneira, era algo que, desde o início, estava presente na mente dos negociadores que participaram do lançamento da ALCA, e suas conseqüências só se evidenciaram à medida que se passou à fase efetiva de negociação comercial, embora tenhamos colocado na Declaração de Miami a temática do desenvolvimento e da transferência de tecnologia. Isso era um pouco como pano de fundo, mas, na verdade, não era o cerne das negociações.

Relatório final Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

O que aconteceu, a meu ver, em relação a essa negociação? De certa maneira, ela levou muito tempo para verdadeiramente começar e, quando começou efetivamente, os pontos acentuados diziam mais diretamente respeito à visão dos países mais ricos, embora eles tenham sido discutidos e consensuados. Eu não nego isso. Vou ser muito objetivo no que quero dizer com isso.

Além dos aspectos políticos aos quais já me referi, que são muito importantes e que constituem a base da nossa identidade americana, para os quais a criação de uma zona de livre comércio viria a dar maior substância econômica, do ponto de vista estritamente econômico e comercial, é preciso lembrar que estávamos nos anos 90, quando predominava ainda, de maneira evidente, o chamado Consenso de Washington e a idéia, como diz um velho ditado anglo-saxão — se é que não se trata de ditado romano retomado pelos anglo-saxões —, de que a virtude é a sua própria recompensa, *virtue is its own reward*.

Naquela época, achava-se também que a liberalização trazia seus próprios benefícios e que, em vez de considerarmos os processos de negociação comercial como processos de efetiva troca, bastariam liberalizações unilaterais, que resultariam em melhorias, digamos, no clima de investimento ou no clima de comércio em geral, e que, dessa forma, tudo estaria resolvido.

Os anos da chamada “década perdida”, depois da Rodada Uruguai — na realidade, foi a segunda década perdida —, as dificuldades econômicas, os déficits comerciais brutais que se acumularam em vários dos países em desenvolvimento, inclusive no Brasil, levaram à necessidade de matizar essa visão.

Na realidade, o projeto principal, feito pelas pessoas que conceberam a ALCA inicialmente, dava ênfase, dentro desse contexto a que estou me referindo, a uma homogeneização das regras econômicas. Quer dizer, trabalhar para que as regras econômicas em todo o continente pudessem ser mais ou menos homogeneizadas, o que, naturalmente, facilitaria o clima de negócios e facilitaria os investimentos.

Só que isso evidentemente desconhecia que as realidades eram muito diferentes. A regra para um país que tem economia de 30 mil dólares *per capita* é uma; a regra para um país de 3 mil a 4 mil dólares *per capita*, como é o caso do Brasil, não pode ser a mesma; e há países de mil dólares *per capita*.

Outro aspecto que também não apareceu logo, mas que foi aparecendo à medida que as discussões foram avançando, é que alguns temas de especial interesse para países em desenvolvimento envolvidos nesse processo eram mais difíceis, especificamente os relativos à agricultura em geral, a questão do acesso a mercados, mais especificamente acesso a mercados para produtos agrícolas e outros temas também ligados a regras comerciais.

Ninguém mais lê o que está escrito na Declaração da Cúpula de Miami, mas, se for fazê-lo, vai verificar que o tema de *antidumping* aparece com muito destaque, porque era interesse nosso. O tema dos subsídios agrícolas aparece, igualmente, com muito destaque. À medida que a negociação foi evoluindo, esses temas foram sendo relegados a segundo plano. Aqui faço um corte no tempo, porque não quero passar julgamento sobre outros governos e atitudes de outros negociadores e passo a falar do Governo do Presidente Lula. Mal havia começado o novo Governo e, em um mês, tínhamos que fazer uma oferta no setor de bens sem poder sequer consultar a sociedade, os empresários, os trabalhadores.

Ao fazer esse corte no tempo, o que constatamos assim que assumimos, de maneira muito sumária? Em todas aquelas questões que classifiquei como tentativas de homogeneização das normas econômicas, havíamos avançado — isso em tese, porque nada estava decidido. Em tudo aquilo que dizia respeito aos temas de interesses dos países em desenvolvimento do continente, mais especificamente do Brasil, por quem posso falar, ou do MERCOSUL, não havíamos avançado.

Por exemplo, ninguém ignora que tínhamos e continuamos a ter, tanto no contexto da rodada de negociações multilaterais da Organização Mundial de Comércio quanto nos contextos regionais, com a União Européia, com os Estados Unidos ou com o Canadá, algumas dificuldades no setor de serviços financeiros, até porque uma das características do subdesenvolvimento é um certo déficit de regulamentação. A regulamentação aqui é muito menor. Não me refiro à burocracia, mas à regulamentação de caráter prudencial, por exemplo, que existe nos países desenvolvidos. Certas aberturas que podem ser feitas em países desenvolvidos, porque há toda uma rede de proteção de regulamentação prudencial, não podem ser feitas nos países em desenvolvimento. O mesmo se dá em relação à regulamentação ambiental.

Relatório final
Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

Não sei até que ponto é verdade, porque nunca investiguei, mas li em um artigo de imprensa sério, escrito por um acadêmico, que, no México, houve uma dificuldade — nem sei como foi resolvida — quando o Código de Águas da Cidade do México impôs certas obrigações adicionais aos investidores em termos de meio ambiente, o que teria frustrado as expectativas de lucro das empresas que haviam investido. Uma medida de natureza ambiental, de caráter geral e não discriminatória, acabava gerando problemas que poderiam até criar uma situação propícia, por exemplo, a retaliações comerciais. Obviamente, trata-se de questão muito complexa que, independentemente de seu mérito, certamente poderá ocorrer em outros contextos.

Existe déficit regulatório nos países em desenvolvimento, sobretudo em nossa região. Daí certas cautelas adicionais que, em países mais desenvolvidos, não são tão necessárias. Constatei esse fato quando da negociação com a União Européia, porque, como já avançamos mais sob o aspecto conceitual, entramos em minúcias e pude verificar que, por exemplo, em certas questões relativas ao mercado financeiro, a bancos, havia preocupações do lado brasileiro, inclusive de setores que desejam a liberalização, porque necessitaríamos, naturalmente, de tempo para maior regulamentação.

Sei que algumas questões ficaram fora das discussões da ALCA, mas que inicialmente também despertariam as mesmas preocupações. Imagino que o Canadá, por exemplo, seja um país com preocupações semelhantes às do Brasil na área do audiovisual. Trabalhei na área do audiovisual por muito tempo e sei que há preocupações muito grandes porque a nossa capacidade de competição é limitada em certos aspectos que, independentemente dos valores estritamente comerciais, têm que ser considerados.

Portanto, havia esses aspectos e um avanço muito menos marcado na área estritamente comercial, de acesso a mercados e, sobretudo, de agricultura e subsídios agrícolas.

O que tentamos fazer quando o Presidente Lula assumiu o Governo? Nunca nos foi apresentada diretamente — e às vezes até a frase é mal interpretada — a questão sobre sermos a favor ou contra a ALCA, até porque a resposta depende de saber qual ALCA e como ela será negociada. Em tese, a ALCA é uma abstração: oferece oportunidades e apresenta riscos. O que temos de fazer é trabalhar por uma ALCA que possa maximizar as nossas oportunidades e reduzir os riscos, do

ponto de vista estritamente econômico, sem que isso signifique, de maneira alguma, preocupação com o fechamento da economia.

Para encurtar um pouco essa longa história, tentamos reequilibrar a negociação da ALCA. Achamos que esse reequilíbrio, depois de embates e incompreensões iniciais, como é natural, deveria ser buscado. Do nosso lado, havia freqüentemente pessoas e grupos que diziam “não à ALCA” porque nela viam ameaça a todos os valores, inclusive a valores igualitários, do ponto de vista social etc. De outro lado, havia os que pregavam que deveríamos fazer a ALCA de qualquer maneira: assinar embaixo, porque não poderíamos perder tal oportunidade, quaisquer que fossem as condições.

Então, o que procuramos foi reequilibrar a ALCA e tirá-la, como disse o Presidente Lula, da pauta jornalística, da polêmica, e passá-la à pauta das negociações efetivas. Acho que logramos êxito quanto a essa retirada, ou pelo menos logramos 95% de êxito, com o acordo-quadro que firmamos em Miami, em 2003.

Infelizmente, por uma série de fatores, não conseguimos no Brasil dar ao processo o andamento desejado; assim também ocorreu com outros países, creio eu. Vou citar 2 ou 3 razões — e aqui entra a questão da OMC. Primeiramente, porque fechamos o acordo em 95% das questões, e não nos 100%, deixando 5% de ambigüidade. Se os políticos não conseguem resolver essas ambigüidades, tampouco conseguem os técnicos quando se reúnem, é evidente. Levamos mais de um ano com esses técnicos discutindo essas ambigüidades sem que chegássemos a um acordo.

Para simplificar, sem entrar em detalhes, os temas envolvidos diziam respeito tanto aos subsídios agrícolas, por um lado, como à propriedade intelectual, de outro. Então, houve essas dificuldades. Talvez nós, Ministros, tenhamos errado ao não fechar os 100%, achando que 95% eram suficientes para que as coisas prosseguissem.

O segundo aspecto — e acho-o muito importante, porque explica a situação atual e nos faz pensar em como podemos e devemos prosseguir — está ligado ao que eu disse no começo. Em 1994, não havia qualquer grande negociação em andamento. A ALCA, quando lançada, era a única grande negociação. Tínhamos negociações no MERCOSUL, mas de outras dimensões, embora importantes — importantíssimas, aliás, vitais para a região — sob o ponto de vista político. O que estava em jogo, porém, para o Brasil ou para a

Relatório final
Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

Argentina era muito mais fácil de manejar — pelo menos parecia, à época — do que uma negociação com a maior potência econômica do planeta. Então, não havia nenhuma outra grande negociação em jogo.

Em 2003, quando houve a reunião em Miami, em novembro, existia uma rodada de negociações comerciais multilaterais que antes não existia — como eu já havia dito. A Rodada Uruguai foi lançada para se dar um fim a todas as rodadas anteriores. Estávamos em meio a uma rodada, lançada 2 anos antes, que tinha enfrentado grande impasse por ocasião da reunião de Cancún. Todos os Ministros envolvidos naquela rodada, por muitas razões, tiveram que se concentrar na OMC — e creio que isso seja verdade, mas vou citar apenas 2: o Ministro Zoellick e eu, que, por coincidência, éramos os dois Co-Presidentes da ALCA.

Há muita discussão sobre qual deveria ser a prioridade. O fato é que a OMC dita o quadro geral das normas comerciais. Sem saber o que vai ocorrer na OMC, é muito difícil a negociação de todos os aspectos, principalmente em uma negociação regional desse porte. Tanto para os Estados Unidos quanto para o Brasil, a prioridade, naquele momento, era avançar na OMC. Tanto o Ministro Zoellick como eu — para falar só de 2, mas obviamente isso se aplica a outros Ministros também — tivemos de concentrar nossa atenção na OMC.

Recordo-me que conversei detidamente com o Zoellick, ao final, quando chegamos a um acordo em julho último em Genebra e conseguimos superar o impasse de Cancún, acordo que parecia impossível.

Ninguém acreditava, porque, depois de Cancún, todo mundo dizia que a reunião fora um fiasco, um fracasso etc. Mas, ao final, chegamos a um acordo tido como positivo por todos, coisa muito rara em uma negociação comercial, pois cada parte sempre acha que perdeu ou que ganhou.

Fiz um comentário e acho que o Zoellick concordou comigo. Não posso falar por ele; falo por mim. Comentei com ele que, se na ocasião tivéssemos dispensado à ALCA o mesmo tipo de atenção ministerial dado à OMC, com a mesma intensidade, teríamos avançado mais no processo, pelos motivos que já expliquei antes. Mas o fato é que, sem a OMC — digamos —, não saberíamos quais são as regras gerais do jogo. Seria como se as federações de futebol pretendessem criar regras específicas, sem as regras gerais da FIFA. Ou seja, não saberiam como fazer regras específicas. A metáfora não é perfeita, mas a idéia é um pouco essa.

Portanto, isso nos condicionou e, de alguma maneira, continua a nos condicionar. Eu digo que isso é verdade porque aqui no Brasil, como a mídia carrega muito nos debates — e é bom que seja assim, eu prefiro uma mídia crítica a uma mídia passiva —, termina por ter também sua influência. A mídia, entretanto, não vê todos os lados.

Mas digo com toda a honestidade — e, se eu for desmentido, estarei pronto a discutir — que, tanto nas minhas conversas com o USTR quanto nas minhas conversas com os Comissários da União Européia, sinto em ambos os lados ênfase muito maior para assuntos relativos à OMC do que para as negociações regionais. Para não falar somente da ALCA e falar sobre outro tema, é difícil, por exemplo, convencer o Comissário europeu Peter Mandelson a vir à América do Sul neste momento. Entendo que ele tem outros problemas. Da mesma maneira, o USTR tem as suas questões. Não estou dizendo que os problemas se encontram só de um lado, mas, muitas vezes, não se vê isso e parece que os problemas ocorrem do lado de cá.

Num dos países do Caribe que visitei, ouvi um representante fazer o seguinte comentário: *“Para nós, talvez tenha sido uma bênção essa relativa parada na ALCA, porque assim podemos avançar na OMC, saber que quadro existirá na OMC, e poderemos buscar na ALCA algo adicional”*. Se não fizermos isso, corremos o risco de negociar vantagens que serão erodidas depois numa negociação multilateral. Isto é, de repente obtemos uma grande coisa, parecendo que é uma grande vantagem — não vamos falar dos Estados Unidos ou do Canadá, vamos falar da Europa —, por exemplo, uma cota para carne, depois a União Européia dá uma cota multilateral de igual valor, e aquela grande vantagem, que teremos trocado por coisas muito difíceis, desaparece ou se reduz. Portanto, há uma ligação, queiramos ou não, entre essas negociações.

É claro que a ALCA não é só uma negociação com os Estados Unidos ou, digamos, com o Canadá. Mas, para um país como o Brasil e mesmo para o MERCOSUL, é fundamentalmente isso. O principal interesse que podemos ter na ALCA é ver como será o formato da nossa negociação com os Estados Unidos, com o Canadá. Se conseguirmos negociar Canadá/MERCOSUL, como propusemos — já tivemos uma discussão a respeito —, a questão não se coloca. O que não exclui a ALCA, e explico por quê. Temos, por exemplo, com todos os demais países da América do Sul e da América Latina ou do Caribe mecanismos para negociar, com ou sem a ALCA, acordos comerciais

Relatório final
Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

que são muito mais simples. Isso porque, como os países têm níveis de desenvolvimento semelhantes, nós conseguimos, em um ano e meio de dedicação realmente intensa, concluir o acordo entre os países da Comunidade Andina e o MERCOSUL. Por quê? Por um motivo muito fácil. Estou disposto, como Brasil ou como MERCOSUL, a fazer uma concessão ao Equador, mas não posso estendê-la aos Estados Unidos.

Uma vez, o representante comercial americano me perguntou: *“Afinal, vocês são contra uma cláusula de nação mais favorecida?”* Eu disse: *“Não, não sou contra, mas, o que eu concedo, por exemplo, ao Equador e ao Paraguai, eu não posso conceder aos Estados Unidos. Agora, o que eu conceder aos Estados Unidos, posso estender ao Equador e ao Paraguai”.*

Há uma complexidade embutida numa negociação entre países de um nível de renda *per capita* de 3 mil dólares e outros de 30 mil dólares, que não existe entre países cuja diferença de renda *per capita* é de mil, 2 mil ou 3 mil dólares, no máximo.

Isso é algo que tem de ser levado em conta, embora haja diversidades. O Brasil, em todas as negociações já realizadas pelo MERCOSUL com a Comunidade Andina, com o Caribe, com a América Central — que ainda estão se iniciando —, leva em conta o princípio da assimetria. É preciso que assim seja.

Isso não quer dizer que não tenhamos de continuar com a ALCA, mas é preciso uma perspectiva do que vai acontecer numa negociação de acesso a mercados, que é, por sua própria natureza, bilateral. Infelizmente, não conseguimos isso até agora. Esse é um dos problemas que tem retido, a meu ver, a negociação da ALCA.

No meu primeiro encontro com o atual representante comercial Rob Portman, mencionei também esse nosso desejo. É um desejo que não tem nada de absurdo, porque ele se baseia em um acordo que fizemos durante a administração do Presidente Bush pai, que era o acordo 4+1, MERCOSUL e Estados Unidos.

Então, sem deixar de lado a ALCA, poderíamos tentar aprofundar esse acordo, até para termos mais clareza sobre aquilo que podemos ou não obter. Aliás, é coerente, também, com o que os Estados Unidos e outros países têm feito em relação a terceiros países.

É algo curioso que existam acordos de livre comércio hoje, propostos ou em negociação, com todos os países da América Latina por parte

dos Estados Unidos, não sei se por parte do Canadá também. O único grupo de países com o qual os EUA não têm acordo nem proposta de acordo é o MERCOSUL. É uma curiosidade. Ficamos nos perguntando: por que será? Será porque há uma expectativa de que, no contexto da negociação da ALCA, possam-se extrair vantagens que não se poderiam extrair no contexto de uma negociação direta MERCOSUL/Estados Unidos? Não sei. Mas é uma pergunta que fica na mente. Ainda assim, não vamos criar um caso em função disso.

Estamos dispostos a negociar, bilateralmente, dentro da ALCA. Mas a ALCA vai ter de ser a moldura para esses acordos, que não serão iguais, pelas razões que eu já apontei. Podemos fazer em relação ao Caribe concessões que não podemos fazer aos EUA. A recíproca é verdadeira. Tenho certeza de que os Estados Unidos podem fazer pelo Caribe ou pela América Central coisas que não podem fazer pelo Brasil, embora os desníveis não sejam tão grandes, mas compreendo isso.

Isso leva-me a uma última questão: a dos tempos e da responsabilidade dos Co-Presidentes. Já passamos muito tempo nesse impasse. Não é justo com os demais membros da negociação que eles continuem a nos perguntar: *“E, afinal, o que está acontecendo com a ALCA?”* Vai o Co-Presidente brasileiro a Washington ou vem o Co-Presidente americano ao Brasil, e não conseguem resolver esses pontos, porque continuamos insistindo na questão dos subsídios. Eles continuam insistindo na questão da propriedade intelectual; dizemos que propriedade intelectual tem de ser discutida na Organização Mundial do Comércio; eles dizem que subsídios tem de ser discutidos na OMC e não chegamos a acordo.

Então o que temos de fazer agora? O horizonte temporal que surgiu — e não vou dizer quem disse, porque não interessa — naturalmente na conversa que tive com o representante comercial americano é um horizonte de 3 a 4 anos. É absolutamente inviável, do ponto de vista físico, que pensemos em terminar a ALCA até a Cúpula das Américas em Mar del Plata. Não é viável também do ponto de vista político, porque temos de ter uma idéia — não sei nem se não teremos de ter os resultados definitivos — de para onde aponta o acordo da OMC ou se não vai haver acordo. Se não houver acordo, muda de figura, e voltamos à situação de 1994, mais ou menos, porque aí podemos dizer que vamos nos concentrar totalmente aqui ou não. O que vamos buscar é o complemento daquilo que obtivemos na OMC.

Relatório final
Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

Por exemplo, se a questão dos subsídios agrícolas tiver sido adequadamente resolvida na OMC, não tenho por que insistir nisso na ALCA. Se a questão da propriedade intelectual continuar resolvida como está atualmente na OMC, com as declarações que houve em 2002 e depois em 2003, também não há razão para discutirmos isso na ALCA. Isso simplifica muito a negociação. Mas os Co-Presidentes têm efetivamente obrigação de, antes de Mar del Plata, deixar claros os trilhos em que vamos continuar.

Farei um comentário final, se me permitem.

Como eu vejo a ALCA e, em geral, o processo nas Américas, e como vejo outros processos?

Volto à questão das semelhanças e das diferenças. Tivemos, há poucos dias, a eleição do Secretário-Geral da OEA. Foi muito importante e democraticamente disputada. Ganhou um candidato, mas o outro também era muito bom, enfim, qualquer um que tivesse vencido seria bom. Nós temos de trabalhar para que a OEA continue fazendo o muito que já fez pelas Américas, por exemplo, no caso dos direitos da mulher.

Em 1994, quando fui Ministro, para não enfatizar que não tratava só de comércio, assinei a Convenção Americana sobre os Direitos da Mulher, em Belém do Pará, onde foi realizada a Assembléia Geral da OEA.

Nós estamos propondo agora, como eu disse, uma convenção sobre discriminação racial. A OEA sempre teve papel pioneiro nesses vários aspectos dos valores democráticos. Ela tem combatido a corrupção não só nos governos, mas também nas empresas, porque isso também afeta os países.

Em todos esses aspectos, a OEA tem papel único, que se baseia nessa comunidade de valores democráticos e, ao mesmo tempo, nessa predisposição à mudança, que tanto no norte quanto no sul do continente existem. Temos de reforçar esse espaço de coincidências, mas temos de levar em conta as nossas diferenças.

Para que tenhamos claro isso, eu vejo a ALCA, o processo das Américas, como um reforço político para esse espaço de coincidências. Agora, não é um bloco.

É um erro pensar na ALCA como um bloco, porque bloco pressupõe muitas outras coisas, como um grau mínimo de homogeneidade entre os parceiros. Há dois aspectos essenciais que não estão, que eu saiba,

contemplados em nenhuma das vertentes do processo da cúpula, mas que deveriam estar, se estivéssemos realmente almejando a formação de um grupo sólido. O primeiro deles é a livre movimentação da mão-de-obra, fundamental hoje em dia para que, por exemplo, um alemão ou um húngaro se sintam europeus e não apenas alguém que está num determinado país prestando um serviço temporário, sendo ameaçado pela Polícia, por exemplo. O outro é a transferência de recursos para compensar as assimetrias, as desigualdades, que são brutais. Não estamos tratando de economias cuja renda *per capita* varia de 3 mil dólares até 5 mil dólares, e sim de economias cuja renda *per capita* varia de 30 mil dólares a mil dólares, ou até menos, como é o caso do Haiti. A própria Bolívia tem renda *per capita* de cerca de mil dólares.

A desproporção é tão brutal que não se podem unir os mercados de capitais, bens e serviços, sem uni-los no que diz respeito a mão-de-obra ou responsabilidades sociais. Temos muito o que fazer.

Alguém perguntou qual seria o meu desejo. Meu desejo seria caminhar para um bloco desse tipo, mas sou realista e sei que não está no horizonte da minha vida conseguir essa livre movimentação de mão-de-obra nas Américas. No MERCOSUL, é diferente. Temos abolido até passaporte, não apenas o visto, e também para países associados ao MERCOSUL, como o Peru.

Creio que não poderei na minha vida prever mecanismos de compensação financeira como os que existem na União Européia. Em assim sendo, tratemos daquilo que nos é útil e que será muito positivo para os vários lados envolvidos na negociação: ampliar o espaço de coincidências e o acesso a mercados, reciprocamente. Mas não falemos em bloco, porque não é disso que se trata. De fato, não existe bloco, porque um bloco pressupõe muitas características que não temos. Mesmo na Europa, ainda há muito o que fazer, como nós sabemos.

Eu era Ministro das Relações Exteriores, Deputado Antonio Carlos Mendes Thame — V.Exa. acompanha estes assuntos com muito interesse —, quando foi lançada a ALCA, com aqueles diversos tópicos inscritos na Declaração de Miami, como desenvolvimento, transferência de tecnologia, aspectos sociais e uns tantos outros. Vou repetir que fico muito feliz em ver que alguns desses temas, como a questão das mulheres, da dívida externa e do terrorismo, igualmente importantes, serão tratados nesta reunião.

Muito obrigado.

Relatório final

Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

5.4 Anexo 4 – Programa da Quarta Plenária

IV Assembléia Plenária Congresso Nacional do Brasil Brasília, 19 a 21 de maio de 2005

PROGRAMA

Quarta-Feira 18 de maio de 2005	
Manhã e Tarde	Chegada dos participantes <i>Transporte do aeroporto internacional de Brasília ao Hotel Meliá</i>
	Registro e entrega de documentos <i>Hotel Meliá</i>
18:00 - 22:00	Reunião do Comitê Executivo do FIPA <i>Sala de reunião da Mesa, Câmara dos Deputados</i> Jantar do Comitê Executivo do FIPA <i>Hotel Meliá</i> (Somente Membros do Comitê Executivo)
Quinta-feira 19 de maio de 2005	
9:00 – 10:00	Registro dos participantes e entrega de documentos <i>Salão Negro</i>
10:00 - 11:00	Sessão Solene de Abertura da IV Assembléia Plenária do FIPA <i>Plenário Ulisses Guimarães, Câmara dos Deputados</i> -Palavras do Presidente do Senado Federal <i>Senador Renan Calheiros</i> -Palavras do Presidente da Câmara dos Deputados <i>Deputado Severino Cavalcanti</i> -Palavras da Presidente do FIPA <i>Senadora Céline Hervieux-Payette</i> Inauguração <i>Presidente da República Federativa do Brasil (a confirmar)</i> <i>Luíz Inácio Lula da Silva</i>
11:00 - 11:30	Atualização sobre o Processo da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a Quarta Cúpula das Américas Apresentação do Ministro de Relações Exteriores do Brasil <i>Celso Luiz Nunes Amorim</i>
11:30 - 12:00	Intervalo – <i>Salão Nobre</i>

12:00 - 12:30	Primeira sessão da IV Assembléia Plenária		
	<ul style="list-style-type: none"> - Aprovação do programa - Eleição do Presidente da IV Assembléia Plenária - Relatório anual da Presidenta do FIPA - Consideração de outros assuntos 		
12:30 - 13:00	Formação e instalação dos grupos de trabalho		
13:00 - 13:15	Foto oficial – <i>Rampa do Salão Negro</i>		
13:15 - 14:45	Almoço oferecido pela comissão organizadora <i>Restaurante da Câmara dos Deputados</i>		
15:00 - 18:00	Sessão dos Grupos de Trabalho (Apresentações e início das discussões)		
	Grupo I – ALCA Plenário Nº 03	Grupo II – Terrorismo Plenário Nº 04	Grupo III – Dívida externa Plenário Nº 05
20:00 - 22:00	Recepção <ul style="list-style-type: none"> - <i>Oferecida pela Sra. Embaixadora do Canadá no Brasil, Suzanne Laporte, em homenagem aos delegados da IV Assembléia Plenária</i> <i>Residência oficial, SHIS QI, Chácara 32, Lago Sul</i>		

Sexta-feira 20 de maio de 2005

8:30 - 10:30	Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas (1ª sessão) <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do relatório dos fóruns regionais e discussões <i>Plenário Nº 04</i>		
10:30 - 11:00	Coletiva de imprensa do Comitê Executivo <i>Plenário Nº 03</i>		
11:00 - 13:30	Sessão dos grupos de trabalho <ul style="list-style-type: none"> - Continuação das discussões - Elaboração das recomendações 		
13:30 - 15:00	Almoço oferecido pela comissão organizadora <i>Restaurante da Câmara dos Deputados</i>		
15:00 - 18:30	Sessão dos Grupos de Trabalho <ul style="list-style-type: none"> - Finalização das recomendações - Aprovação do relatório final para ser apresentado na Plenária 		
19:00 - 21:00	Coquetel e apresentação cultural <ul style="list-style-type: none"> - <i>Oferecido pela Comissão Organizadora da Assembléia Plenária</i> <i>Salão Negro do Congresso Nacional</i>		

Sábado 21 de maio de 2005	
8:30 - 10:00	Reunião do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas (2ª sessão) - Apresentações e Discussões <i>Sala de reunião da Mesa</i>
10:00 - 12:30	Segunda Sessão da IV Assembléia Plenária <i>Plenário – Senado Federal</i> - Apresentação dos relatórios dos Grupos de Trabalho - Assuntos administrativos do FIPA - Eleição dos novos membros do Comitê Executivo - Eleição da sede da V Assembléia Plenária - Encerramento
13:00	Almoço oferecido pela comissão organizadora <i>Churrascaria</i>

5.5 Anexo 5 – Relatório da presidenta do FIPA

Relatório anual para a Assembléia Plenária elaborado pela presidenta do FIPA, A Excelentíssima Senadora Céline Hervieux-Payette

Original: Inglês

Caros colegas parlamentares:

O ano 2004-2005 foi rico em atividades para o FIPA, e eu gostaria portanto de tomar um momento para informá-los dos avanços realizados por nossa organização desde nosso último encontro em abril de 2004, em Valparaíso.

Na realidade, esses projetos se concretizaram graças ao apoio constante dos membros do Comitê Executivo do FIPA, que se reuniram duas vezes: primeiramente na sede do Parlamento do Canadá, em Ottawa em agosto de 2004, a convite de meu colega o Deputado Don Boudria; depois na Assembléia Legislativa da Costa Rica em San José, onde o Deputado Mario Calderón nos acolheu generosamente em fevereiro último.

A reunião de Ottawa permitiu aos presidentes dos Grupos de Trabalho submeter seu Plano de Ação, a partir das recomendações feitas quando de nossa Terceira Assembléia Plenária em Valparaíso. Tenho a satisfação de informá-los de que vários projetos e atividades anunciados foram implementados desde então, enquanto que outros

estão a ponto de sê-lo, conforme os Senhores constatarão em seguida.

Grupos de Trabalho

Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

Permitam-me começar pelo Grupo das Mulheres Parlamentares das Américas, que muito se expandiu durante o último ano. A Deputada Margarita Stolbizer, da Argentina, Presidente do Grupo, havia proposto em agosto último um programa ambicioso, ou seja, realizar dois fóruns parlamentares regionais para discutir a liderança e a situação socioeconômica da mulher.

Tenho muito orgulho de informá-los de que enfrentamos o desafio e de que os dois eventos tiveram franco sucesso. O primeiro foi em março, em Barbados. Entre os participantes tivemos a nossa Senadora de Barbados e 25 mulheres, que representaram diversos Parlamentos da América do Norte, incluindo o Caribe, bem como vários palestrantes Parlamentares. Também estou muito feliz em ver que alguns dos senhores puderam se juntar a nós, mais uma vez, e contribuir com nossas discussões. O segundo foi realizado no Congresso argentino, de 6 a 8 de abril, se não me engano, e contou com a participação de Parlamentares de 16 países. Houve um número muito importante de mulheres Parlamentares, o que, espero, se torne um padrão em nossas futuras reuniões.

Debruçamo-nos sobre três temas cruciais: a situação da mulher na política, a questão do HIV-AIDS e sua ligação com a pobreza feminina e, finalmente, a questão da violência contra as mulheres. As reuniões resultaram em discussões passionais, palestras tocantes e apresentações de altíssima qualidade não só dos Parlamentares como também dos palestrantes.

Também vale a pena mencionar que vários representantes de empresas privadas e da sociedade civil participaram de mesas redondas com os parlamentares em Barbados e Argentina, a fim de elaborar estratégias conjuntas para favorecer o progresso das mulheres no plano econômico e político.

Em Barbados, assim como na Argentina, os participantes prepararam uma série de recomendações que serão estudadas amanhã de manhã pelo grupo das mulheres com vistas a um plano de ação. Espero que todas as delegadas aqui presentes participem desse encontro. Seus

Relatório final **Quarta Assembléia Plenária**

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

resultados serão dados a conhecer sábado, quando de nossa segunda sessão plenária.

Grupo de trabalho sobre o terrorismo

O Grupo de trabalho sobre o terrorismo também buscou ativamente a consecução dos objetivos que se havia estabelecido em 2004. Por um lado, a Presidente do Grupo, a Senadora Silvia Hernández, azafamou-se na ativa promoção da ratificação da Convenção Interamericana contra o Terrorismo e da ratificação dos instrumentos das Nações Unidas, enviando cartas aos parlamentos membros do FIPA. Quatro países ratificaram a Convenção ou a ela aderiram há um ano, levando para doze o número dos estados partes.

O Grupo também acompanhou de perto os trabalhos do Comitê Interamericano contra o Terrorismo (CICTE), incentivando os parlamentos a entrar em contato com suas autoridades nacionais junto ao CICTE com vistas a obter um relatório das ações e atividades realizadas pelo Poder Executivo em matéria de luta antiterrorismo. Por outro lado, o Senador mexicano Raymundo Cárdenas representou FIPA quando da Quinta Reunião do CICTE, realizada em Trinidad e Tobago, em fevereiro de 2005. Nós próprios contaremos com a participação de um especialista do CICTE durante a reunião do Grupo de Trabalho sobre o Terrorismo.

Grupo de trabalho sobre a ALCA

Um terceiro grupo discute a Área de Livre Comércio das Américas — ALCA, cujas negociações não estão procedendo na velocidade em que esperávamos. Esperamos uma retomada do processo daqui até a Cúpula de Mar del Plata, no final do ano, para renovar nossa solicitação junto aos co-presidentes do processo.

Esses obstáculos, no entanto, não impediram o Grupo presidido pelo Deputado Don Boudria de prosseguir com atividades de outra natureza, concluindo, em colaboração com o *Centre for Trade Policy and Law* da Universidade Carleton um projeto que visa proporcionar aos parlamentares capacitação em questões comerciais. A implementação do projeto deveria começar em torno de setembro-outubro de 2005. A Secretaria do FIPA mantê-los-á a por das atividades programadas durante os próximos meses.

Paralelamente às atividades promovidas pelos Grupos de Trabalho, o FIPA buscou alcançar durante o último ano outros objetivos de longo prazo: por um lado, reforçar sua posição estratégica como a principal



organização legislativa do hemisfério, e, por outro, consolidar a situação administrativa e financeira da organização.

Questões administrativas

O FIPA como entidade jurídica

No plano administrativo o ano 2004-2005 foi um ano de consolidação para a organização. Anunciei-lhes, no ano passado, a constituição do FIPA como entidade jurídica. A Décima Reunião do Comitê Executivo, em Ottawa, permitiu-nos eleger os membros do Conselho de Administração do FIPA como entidade jurídica. Este já se reuniu duas vezes desde então, com o objetivo de adotar seu regulamento e de cumprir as formalidades de natureza administrativa.

Outra novidade foi a assinatura de um protocolo de entendimento com o Centro Parlamentar, organismo sem fins lucrativos sediado em Ottawa e especializado no desenvolvimento parlamentar e em governança democrática. O acordo estabelece o Centro Parlamentar como hospedeiro e administrador da Secretaria do FIPA por um prazo de um ano.

Contribuições dos membros

No plano financeiro, um dos resultados importantes da última assembléia plenária do FIPA, como hão de recordar, foi a adoção por unanimidade de uma resolução que estabelece um sistema de contribuições anuais dos parlamentos membros. Até agora, 6 dos 35 parlamentos membros pagaram sua quota, parcial ou totalmente, pelo período de 1º de outubro de 2004 a 30 de setembro de 2005. Isso representa 20% do montante total das contribuições esperadas.

Embora o sistema esteja no começo de sua operação, essas cifras demonstram que devemos fazer esforços suplementares para assegurar a implementação desta resolução, essencial para a perenidade da organização. Assim, incentivo todos os membros das delegações oficiais aqui presentes a tomar as medidas pertinentes junto a suas respectivas autoridades parlamentares com vistas ao pagamento da contribuição.

Contribuição da ACDI

Finalmente, apraz-me informá-los de que nossas gestões junto à Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI) com vistas ao financiamento da Secretaria Técnica do FIPA estão a ponto de frutificar, devendo concretizar-se daqui a alguns dias através de um

Relatório final
Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

entendimento que permitirá assegurar o funcionamento da Secretaria Técnica do FIPA durante um período de dois anos, financiamento que é complementar às contribuições dos parlamentos membros.

Reforço da posição estratégica da organização

Cúpula das Américas

Por ocasião da Décima Primeira Reunião do Comitê, em San José, a tarefa principal do Comitê consistia, evidentemente, em continuar com os preparativos da Quarta Assembléia Plenária, mais também em definir a contribuição do FIPA para a Quarta Cimeira das Américas que terá lugar em Mar del Plata, na Argentina, de 4 a 5 de novembro próximo.

Como os Senhores sabem, esta Quarta Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo da região tem como tema principal «Criar trabalho para enfrentar a pobreza e reforçar a governança democrática». Esta problemática, os Senhores certamente adivinham, está estreitamente ligada aos debates que ocorrerão no âmbito dos grupos de trabalho a partir desta tarde, e é por isso que o Comitê Executivo pediu aos presidentes dos grupos de trabalho que os levassem em consideração durante o desenrolar de suas discussões. Ser-lhes-ão distribuídos documentos sobre este assunto quando da formação dos grupos de trabalho.

A Cúpula de Mar del Plata representa uma ocasião única para que o FIPA e os parlamentos membros façam ouvir sua voz no mais alto nível e insto-os pois a aproveitar essa ocasião.

Estratégia de relações públicas

Também adotamos em San José, uma estratégia de relações públicas a fim de consolidar a presença do FIPA na região. Um dos elementos chave dessa estratégia é a melhoria da comunicação entre os parlamentos das Américas. Para esse fim, o apoio de todos os delegados aqui presentes ser-nos-á essencial.

Convida-los-emos, entre outras coisas, a identificar tão logo possível uma pessoa que possa servir de ponto de comunicação principal com a Secretaria do FIPA em cada um de seus parlamentos. O Comitê Executivo também decidiu publicar em base mais regular o boletim do FIPA. Uma edição desse boletim será difundida nos próximos meses.

Parlamento virtual das Américas



Aproveito igualmente este relatório para dizer uma palavra sobre o Parlamento virtual das Américas, que me parece ser uma ferramenta chave muito promissora de comunicação entre nossos parlamentos.

Como alguns dos Senhores constataram, o Parlamento virtual (www.e-fipa.org) lhes permite atualmente inscrever-se em quatro grupos de trabalho *on-line*. Esses grupos começarão suas discussões a partir do momento em que o número de inscrições o permita. Os Senhores terão direito, por outro lado, hoje e amanhã, a uma breve oficina sobre a utilização do Parlamento virtual durante as sessões dos grupos de trabalho. A coordenadora do Parlamento virtual, Senhora Lola Giraldo, estará, aliás, à disposição dos participantes, na sala de informática, para auxiliar os participantes interessados em inscrever-se num grupo de trabalho virtual.

Compromisso para com a democracia

Gostaria, em conclusão, de informá-los sobre o trabalho do FIPA a favor do reforço da democracia em nosso hemisfério, que continua sendo um de nossos principais objetivos. O compromisso do FIPA para com os valores democráticos, que reafirmamos em Valparaíso no ano passado, continuou no centro de nossas preocupações durante todo o último ano.

Em janeiro último, o Comitê Executivo do FIPA se pronunciou sobre a situação política na Nicarágua, instando seus colegas parlamentares daquele país a iniciar prontamente um diálogo construtivo com a população do país, a fim de resolver o impasse político. O Comitê também ofereceu sua colaboração no sentido de facilitar o diálogo.

Ademais, o Comitê Executivo continuou estudando a situação no Haiti e espera poder realizar, daqui a alguns meses, uma missão de apoio às mulheres que se candidatem nas eleições, se as condições o permitirem.

Em vários pontos do hemisfério, a democracia passa por duras provas, e como representantes do Poder Legislativo, é dever nosso de zelar por que os pilares institucionais da democracia sejam respeitados em cada um de nossos países.

Relatório final

Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

5.6 Anexo 7 – Relatório e recomendações de Grupo de Trabalho 1 (Terrorismo)

Relatório do Grupo de trabalho nº 1: Terrorismo

Original : Espanhol

Em 19 de maio de 2005, o Grupo de Trabalho sobre Terrorismo realizou no âmbito da IV Assembléia Plenária do Fórum Interparlamentar das Américas (FIPA), a sua primeira sessão de trabalho na sede do Congresso Nacional Brasileiro, na cidade de Brasília, com a participação de deputados e senadores de doze países membros do Fórum.

Nessa sessão, o Grupo de Trabalho elegeu como Presidenta a Senadora Silvia Hernández, representante do México.

Após a abertura efetuada pela Presidenta, os parlamentares integrantes do Grupo, se apresentaram com seus respectivos cargos, nomes e países de origem.

Em seguida, o Doutor Mauro Miedico, funcionário do Departamento das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (UNODC), fez uma apresentação sobre o papel dos Parlamentos no combate ao terrorismo, destacando os seguintes aspectos:

- As doze ferramentas internacionais para tratar do assunto e seu conteúdo;
- Os principais problemas encontrados no âmbito legislativo: a caracterização dos atos terroristas na legislação interna de cada país; o baixo nível de implementação das propostas normativas; a harmonização limitada da legislação antiterrorista; e o lento processo de incorporação das Convenções internacionais no direito interno de cada país.

A. Debate do Grupo de Trabalho

Durante as sessões de trabalho, os parlamentares participaram ativamente de um intenso debate com intercâmbio de informação e de idéias.

Todos concordaram com a necessidade de que os diferentes países integrantes do Fórum, desenvolvam um trabalho conjunto para o combate do terrorismo, implementando medidas e esforços coordenados e aproveitando o potencial de cada país para essa tarefa.

Ficou evidente que, apesar da existência de órgãos de segurança especializados nesse campo, as políticas de combate ao terrorismo exigem uma visão mais ampla, que passa pelo papel fundamental que os Parlamentos exercem no desenvolvimento de uma legislação apropriada relacionada à segurança individual e coletiva, implementando as ferramentas para combater e prevenir os atos terroristas.

Da mesma forma, os parlamentares reconheceram que o terrorismo atualmente atravessa as fronteiras políticas e ideológicas, disseminando-se, praticamente de forma indiscriminada, por todo o mundo. Assim, é propício levar esta discussão aos fóruns multilaterais com o objetivo de encontrar soluções conjuntas que sejam coerentes e proveitosas para todos.

Afirmou-se que as medidas propostas pelos organismos internacionais freqüentemente não são implementadas com a urgência e a profundidade necessária na legislação interna de alguns países, ou porque não são vistas como prioritárias ou porque simplesmente não existe vontade política para fazê-lo. Houve consenso no que diz respeito à necessidade de agilizar a ratificação e a implementação das Convenções e Protocolos internacionais sobre terrorismo.

Os representantes do Paraguai, Venezuela, Chile e Brasil fizeram uma breve apresentação do processo legislativo vinculado à ratificação dos Tratados internacionais em seus respectivos países.

Por outro lado, destacou-se a importância de harmonizar as legislações antiterrorismo com o objetivo de facilitar o processamento dos atos terroristas. Isso ajudaria tratar um tema tão complexo que abrange tanto ações isoladas de grupos extremistas quanto o terrorismo de Estado.

Os parlamentares trocaram pontos de vista sobre a associação entre o terrorismo e os delitos transnacionais –narcotráfico, crime organizado, lavagem de dinheiro, contrabando de armas e de pessoas, seqüestro,

Relatório final
Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

entre outros— que servem não somente de apoio direto ao terrorismo senão também como fonte de recursos para o seu financiamento.

Uma questão de fundamental importância foi a necessidade de excluir aspectos ideológicos da luta contra o terrorismo – ou porque deste ponto de vista determinados atos terroristas poderiam ser justificados, ou porque poderiam ser feitos, sob o ponto de vista de alguns, em prol de uma causa nobre.

Destacou-se a necessidade para que os organismos internacionais e os Parlamentos estreitem seus laços de cooperação técnica para combater o terrorismo.

Antes de concluir a primeira sessão de trabalho, salientou-se a vulnerabilidade dos países que não têm uma legislação apropriada e atualizada contra o terrorismo, pois é justamente essa lacuna que abre espaço para que sejam cometidos estes atos.

Por esse motivo, os participantes expressaram a sua convicção sobre a necessidade de que os países acelerem a adoção e a atualização das medidas legislativas para a prevenção e combate ao terrorismo, destacando a importância de que os Estados do hemisfério, que ainda não o fizeram, adotem e ratifiquem a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, assim como as doze Convenções e Protocolos das Nações Unidas referentes ao assunto.

Durante o segundo dia de trabalho, em 20 de maio, o Sr. Kevin Newmeyer, Diretor do Programa do Comitê Interamericano contra o Terrorismo, da Organização dos Estados Americanos (OEA), expôs as diversas formas de apoio à disposição dos países para combater o terrorismo, incluindo a formação de agentes do governo, inclusive o pessoal dos Poderes Judicial e Legislativo. Destacou também as atividades para fortalecer o controle da lavagem de dinheiro, em diversos paraísos fiscais, particularmente em algumas ilhas do Caribe, que precisarão estabelecer modificações em suas legislações.

Posteriormente, discutiu-se a questão dos bancos de dados que têm como objetivo detectar o movimento e as atividades de potenciais terroristas, conhecer as atividades das empresas relacionadas com o terrorismo e das atividades do pessoal que trabalha em suas instalações, mas que podem ter como efeito negativo a invasão à liberdade individual e à vida privada das pessoas.

Durante o debate, os parlamentares defenderam o direito de toda pessoa de ser considerada inocente antes de que se considere o contrário; que as investigações sejam realizadas no âmbito de uma jurisdição legal e que as informações não sejam obtidas de forma inadequada.

Por outro lado, foi proposta a criação de um organismo internacional para tratar de casos de terrorismo e de extradição.

Em particular insistiu-se no fato que o combate ao terrorismo se realize no âmbito do direito internacional, enfatizando o respeito das garantias individuais e os direitos humanos.

Os legisladores de diversos países mencionaram casos específicos de terrorismo que, de uma maneira ou de outra, tiveram um tratamento diferente, servindo de base para que seus delitos ficassem impunes.

A Presidenta do Grupo de Trabalho de Terrorismo destacou que o FIPA não emite declarações definitivas, mas que as discussões e o intercâmbio de idéias eram muito importantes para a adequação das percepções dos parlamentares.

Finalmente, reiterou-se o apelo para combater todas as formas de terrorismo, incluindo o terrorismo de Estado.

B. Recomendações

Aprovadas pela Assembléia Plenária o dia 21 de maio de 2005.

Nós, parlamentares das Américas, recomendamos:

1. **Condenar** o terrorismo em todas as suas formas e origens, tanto as patrocinadas por grupos extremistas, como o terrorismo de Estado;
2. **Definir** como crimes graves e de lesa-humanidade os atos terroristas que em todo momento, surgem nos mais diversos lugares do mundo;
3. **Reiterar** a urgência da ratificação, implementação e cumprimento dos instrumentos internacionais para enfrentar o terrorismo, particularmente, a Convenção Interamericana contra o Terrorismo, as doze Convenções e Protocolos das Nações Unidas, assim como as resoluções vinculatórias do Conselho de Segurança da ONU sobre o assunto;

Relatório final

Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

4. **Desenvolver**, no direito interno dos nossos países, as medidas propostas pelos organismos internacionais para o combate e prevenção do terrorismo, enfatizando o respeito das garantias individuais e os direitos humanos;
5. **Avançar** no desenvolvimento de definições comuns que permitam o processamento rápido dos delitos relacionados ao terrorismo;
6. **Elaborar** ações e desenvolver esforços de cooperação no combate e prevenção do terrorismo, aproveitando as experiências parlamentares de cada país;
7. **Estreitar** os laços de cooperação técnica entre os organismos multilaterais e nossos Parlamentos, particularmente com a Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos;
8. **Combater** os delitos transnacionais realizados pelo crime organizado –narcotráfico, lavagem de dinheiro, contrabando de armas, tráfico de pessoas e seqüestro, entre outros– relacionados com as atividades terroristas, seja pelo apoio direto ou que sirva ao seu financiamento;
9. **Solicitar** ao Comitê Interamericano contra o Terrorismo que elabore um guia informativo que contenha elementos úteis aos parlamentares em seu propósito de ratificar os instrumentos internacionais, assim como para a elaboração de uma legislação nacional relativa ao terrorismo.

Sra. Silvia Hernández

Senadora de México

Presidente do Grupo de Trabalho sobre Terrorismo

Sr. Sérgio Fernandes Senna Pires

Relator

C. Anexo – Participantes

Parlamentares

Argentina	Deputado Mauricio Bossa
Argentina	Deputada Rosario Romero
Argentina	Deputada Margarita Stolbizer
Brasil	Deputada Janete Capiberibe
Brasil	Deputada Maria José Maninha
Canadá	Senadora Madeleine Plamondon
Canadá	Senadora Michel Biron
Chile	Deputado Waldo Mora
Chile	Deputado Iván Alejandro Moreira Barros
Chile	Senador José García Ruminot
Chile	Deputado Luis Iván Paredes Fierro
Costa Rica	Deputado Mario Calderón Castillo
Cuba	Deputado Tuval Páez Hernández
Equador	Deputada Ana Lucía Cevallos
Equador	Deputado Geovanny Flores
Guatemala	Deputado Gudy Rivera Estrada
Honduras	Deputado Francisco Ramos
México	Deputado Luis Eduardo Espinoza Pérez
México	Deputado Rogelio Flores Mejía
México	Senadora Silvia Hernández Enríquez
Paraguai	Deputado Roberto Espínola
Paraguai	Senador Alfredo Ratti
Paraguai	Senador Miguel Saguier Carmona
Paraguai	Senador Milciades Alejandro Velázquez Ugarte
Venezuela	Deputada Cilia Flores
Venezuela	Deputada Desiree Santos Amaral

Peritos

Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (CICTE)	Sr. Kevin Newmeyer
Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC)	Sr. Mauro Miedico

5.7 Anexo 8 – Relatório e recomendações do Grupo de Trabalho 2 (ALCA)

Relatório do Grupo de Trabalho nº 2: Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

A. Debates do Grupo de trabalho

Original : Português

O Grupo de Trabalho relativo à ALCA, a exemplo do que ocorrera no encontro anterior no Chile, dedicou-se ao debate do processo de constituição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Os trabalhos foram orientados no sentido de se debater as causas do não cumprimento do prazo de implementação do acordo. Os parlamentares formularam recomendações, com vistas ao seu encaminhamento às autoridades governamentais que estarão presentes na Quarta Cúpula das Américas, a ser realizada em novembro próximo na Argentina.

O Grupo de Trabalho I reuniu-se em Brasília, capital do Brasil, nas instalações do Parlamento brasileiro, nos dias 19 e 20 de maio de 2005. Os trabalhos foram conduzidos pelos ilustres parlamentares canadenses Senador James Kelleher e Deputado Don Boudria, estando presente aos encontros os nobres parlamentares listados no Anexo I.

O encontro contou com a exposição de dois conferencistas, a Sra. Verônica Silva, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), e o Sr. César Parga, representando a Organização dos Estados Americanos (OEA), tendo ambos analisado os chamados tratados de livre-comércio e sua correlação com o modelo em negociação para a Alca.

Palestras

A exposição do Sr. Parga incluiu um abrangente relato do processo negociador da ALCA, destacando os temas polêmicos das discussões e comparando-o com outras negociações de tratados de livre-comércio, particularmente os firmados pelos países do continente. De

uma maneira geral, o representante da OEA abordou os seguintes tópicos:

- a) os recentes tratados de livre-comércio firmados nas Américas desde 1990 e os oito firmados com países de outros continentes no período de 1997 a 2002,
- b) os fundamentos dos tratados de livre-comércio e o histórico do processo negociador da ALCA,
- c) o estado atual das negociações da ALCA, destacando fatores internos e externos, notadamente o descontentamento com a globalização, e
- d) a co-presidência Brasil-EUA e o futuro das negociações: a Cúpula das Américas na Argentina em novembro próximo.

Por seu turno, a Sra. Verônica Silva procurou destacar que as negociações da Alca devem ser vistas dentro do contexto global ressaltando a interdependência com outras negociações comerciais, em particular as entabuladas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Tomando o caso da negociação agrícola como exemplo, a representante da CEPAL destacou o papel que países da região como Brasil, Argentina e México têm desempenhado na OMC lutando por melhores condições de mercado para os produtos agrícolas e ações conjuntas como as previstas nos objetivos do G-20, Grupo de Cairns e G-33.

Além de destacar as influências mútuas a que estão sujeitos as diferentes negociações comerciais, a Sra. Verônica Silva abordou ainda em sua palestra:

- e) os riscos e benefícios da abertura comercial, evidenciando o caso da América Latina e Caribe e a abertura promovida a partir dos anos 90;
- f) a Rodada de Doha e os desenvolvimentos recentes consubstanciados no pacote de julho 2004, com destaque para a questão agrícola e o tema dos serviços, e as perspectivas para a América Latina;
- g) o impacto da interdependência das economias, decorrente da abertura comercial, sobre as condições de comércio e

Relatório final
Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

investimento, as políticas públicas e as estratégias de desenvolvimento.

Debates

No espaço aberto para questionamentos das senhoras e senhores parlamentares, as assimetrias da região foram destacadas e dúvidas foram expressadas com relação a possibilidade de se construir uma área de livre-comércio envolvendo potencias econômicas e os países pobres ou em desenvolvimento do continente.

Enquanto alguns manifestaram o temor de que a ALCA, como está sendo negociada, poderá agravar as desigualdades e a pobreza na região, outros parlamentares argumentaram que os problemas da região só podem ser combatidos eficazmente com o desenvolvimento econômico, como o gerado pela abertura comercial.

Nesse contexto, sobrevieram demandas por análises comparativas com base nas experiências de países da região, particularmente o exemplo do Chile, como sua política de comercio exterior particular, e do México, no contexto de sua integração no âmbito do NAFTA.

Em termos gerais, os conferencistas abordaram os questionamentos de maneira similar, tendo sido destacado que:

- h) a decisão quanto a se comprometer ou não com um tratado de livre-comércio constitui prerrogativa de cada Estado, que devera analisar suas peculiaridades econômicas para decidir;
- i) as disparidades econômicas não são por si só, empecilhos para tais negociações, bastando lembrar que na OMC as disparidades são maiores ainda e progressos tem sido constatados;
- j) a questão comparativa e de difícil análise, pois no caso chileno, há de se considerar a peculiaridade do modelo daquele país e a dificuldade de se isolar os efeitos de um dado tratado comercial;
- k) a questão comparativa no caso mexicano também e de difícil análise, sendo que os trabalhos dando conta do agravamento da pobreza e de destruição da média e pequena empresa mexicana não são totalmente confiáveis em função das inúmeras variáveis envolvidas.

No dia seguinte, os debates prosseguiram. A questão agrícola foi destacada de início, ressaltando os subsídios agrícolas à produção e exportação como principal empecilho ao avanços da negociações da

ALCA. O papel desempenhado pelas empresas multinacionais no setor agrícola foi também objeto de comentários, observando o impacto negativo da formação de oligopólios, com a decorrente manipulação dos preços por elas praticada, sobre a economia rural.

A questão dos transgênicos foi da mesma forma abordada, enfatizando-se a necessidade de se estabelecer padrões de segurança adequados, bem como o tema dos serviços e as migrações em áreas de livre-comércio e sua correlação com o desemprego.

Os conferencistas do dia anterior retomaram seus assentos à Mesa para responder tais questionamentos. No tocante à questão agrícola e dos transgênicos ressaltaram que as matérias estão sendo tratadas no âmbito da OMC e destacaram os avanços recentes dessas negociações.

Quanto ao tema dos serviços, observou-se o caráter peculiar dado pelo acordo sobre serviços, GATS, aos países em desenvolvimento no tocante ao grau de abertura de seus mercados, além de ressaltar as diversas modalidades que há de prestação de serviços.

B. Recomendações

Original: Inglês

Aprovadas pela Assembléia plenária o dia 21 de maio de 2005.

Sobre o processo da ALCA

Depois de um debate, expressamos profunda preocupação que a ALCA, da maneira como está sendo negociada, sem uma contribuição suficiente dos parlamentares, poderá afetar a soberania, não resolver problemas sociais, beneficiar apenas grandes empresas e afetar negativamente o setor agrícola.

Reconhecemos também a existência de outras iniciativas comerciais em andamento, como a Alternativa Bolivariana para a América Latina e Caribe (ALBA), a Caricom, a Comunidade Andina de Nações (CAN), a Comunidade Sul-Americana de Nações e o Mercosul.

Não nos opunhamos aos acordos de livre comércio em geral, senão que nos interessamos pelo desenvolvimento e os acordos que beneficiem aos povos.

Relatório final

Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

De acordo com as propostas anteriores, exigimos aos governos medidas radicais, para erradicar a pobreza e fazemos as seguintes considerações e recomendações:

IV Cúpula das Américas, Mar del Plata, Argentina, novembro 2005

APOIANDO o enfoque da IV Cúpula das Américas concentrado no fortalecimento da governabilidade democrática e o combate à desigualdade, a fome e a pobreza mediante a criação e geração de emprego;

CONHECEDORES da importância que representa enfrentar as dificuldades e desafios vinculados com a desigualdade e a pobreza, incluída a pobreza extrema;

RECONHECENDO que o crescimento econômico é indispensável e necessário, mas não suficiente, para reduzir os altos níveis de desemprego, informalidade e falta de seguridade trabalhista que afetam a nossas sociedades;

PERCEBENDO que o comércio, livre de barreiras, subsídios e prática desleal, combinado com um fluxo estável de investimento produtivo, podem contribuir para a prosperidade;

RECONHECENDO que a possibilidade de que os governos podem dar respostas às legítimas demandas de geração de emprego de suas populações está limitado pelas medidas protecionistas que afetam o comércio, particularmente o setor agrícola;

LEVANDO EM CONTA que, para que os acordos de livre comércio beneficiem a toda a sociedade têm que ser implementados no contexto de diversas políticas, incluídas as sociais e trabalhistas, que promovam o desenvolvimento;

PREOCUPADOS pela dificuldade de negociar acordos comerciais entre países com grandes diferenças econômicas e poder político;

RECONHECENDO o potencial da conectividade à Internet, para melhorar as condições econômicas dos cidadãos das Américas;

Com referência aos temas mais delicados tratados pelo Grupo:

Agricultura

CONHECEDORES da enorme importância da agricultura na maioria dos países do hemisfério.

RECONHECENDO a vulnerabilidade, sensibilidade e dificuldades estruturais dos setores agrícolas dos países em desenvolvimento;

PREOCUPADOS pelos potenciais efeitos negativos de organismos geneticamente modificados na saúde das pessoas, animais e o meio ambiente;

CONHECEDORES DA IMPORTÂNCIA para os países em desenvolvimento das atuais negociações da Rodada de Doha de desenvolvimento na OMC, especialmente em matéria de agricultura e acesso a mercados;

Migração

RECONHECENDO que a emigração é um problema derivado da falta de oportunidades nos países de origem,

CIENTES de que vivemos num mundo cada vez mais interconectado do qual a mobilidade trabalhista forma parte integral,

O FIPA e os acordos comerciais

Devido à nossa tarefa de parlamentares na ratificação e implementação dos acordos comerciais,

NÓS, OS PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS:

1. **Recomendamos** que nossos governos reestruturem al ALCA e qualquer outro acordo de comércio de forma que assegure a implementação de políticas que apóiem a qualidade do emprego, o desenvolvimento econômico e programas sociais.
2. **Recomendamos** implementar políticas complementarias aos acordos comerciais para melhorar a competitividade e produtividade de nossos países, incluindo áreas como educação, ciência e tecnologia, apoio a pequenas e médias empresas (PYMES), modernização trabalhista e infra-estrutura.
3. **Recomendamos** que as necessidades dos países em desenvolvimento sejam levadas em conta e constituam uma parte integral do processo de negociação del ALCA e outros acordos comerciais, em matéria de agricultura, incluindo os métodos tradicionais de agricultura, a seguridade alimentar e o desenvolvimento rural.

Relatório final

Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

4. **Recomendamos** a eliminação de subsídios à exportação e de outras práticas que afetam o comércio de produtos agrícolas no hemisfério.
5. **Recomendamos** que as medidas sanitárias e fito-sanitárias sejam aplicadas de forma que não se constituam numa forma de discriminação arbitrária ou injustificável entre países ou numa restrição restritiva ao comércio internacional.
6. **Recomendamos** que nossos países consigam coordenação, para fazer propostas à negociação em andamento na OMC com a finalidade de atender suas especiais condições em matéria de desenvolvimento.
7. **Recomendamos** que as políticas migratórias respeitem integralmente os direitos humanos e a integridade física dos emigrantes.
8. **Recomendamos** que ALCA e outros acordos comerciais considerem regras que ofereçam condições equitativas à crescente mobilidade da força de trabalho.
9. **Reiteramos** nosso chamado para que o FIPA continue seus esforços, para fomentar a colaboração entre os parlamentares com a finalidade de ampliar a troca de informação e experiências sobre a negociação, implementação e efeitos dos acordos comerciais internacionais.
10. **Reconhecemos** a existência de outras negociações comerciais em andamento no hemisfério, como a Alternativa Bolivariana para a América Latina e Caribe (ALBA), a Caricom, a Comunidade Andina de Nações, a Comunidade Sul-Americana de Nações e o Mercosul.

Sr. Don Boudria

Deputado do Canadá
Presidente do Grupo de Trabalho
sobre ALCA

Sr. James Kelleher

Senador do Canada
Presidente interino do Grupo de
Trabalho sobre ALCA

Sr. Rosendo Pereira de Melo

Neto
Relator

C. Anexo – Participantes

Parlamentares

Argentina	Deputada María Teresa Ferrín
Argentina	Deputada Olinda Monternegro
Brasil	Deputado Luiz-Carlos Haully
Brasil	Deputado Nilson Mourão
Canadá	Deputado Don Boudria
Canadá	Senador James Kelleher
Chile	Deputado Germán Becker Alvear
Chile	Deputado Esteban Valenzuela Van Treek
Cuba	Deputado Ernesto Suárez Mendez
Guatemala	Deputado Matías Ajvix Locón
Guatemala	Deputado Alfredo De León Solano
Guatemala	Deputado Job Ramiro Garcia y Garcia
Guatemala	Deputado Hugo Rolando López Barrios
Honduras	Deputado Jack Arévalo Fuentes
Honduras	Deputado José María Lagos Blanco
Honduras	Deputado Francisco Ramos Martínez
México	Deputada Blanca Gámez
México	Senadora María del Carmen Ramírez García
México	Deputado Mario Alberto Zepahua Valencia
Venezuela	Deputada Maria Iris Varela Rangel

Peritos

Comissão Econômica para a América latina e o Caribe (CEPAL)	Sra. Verónica Silva
Organização dos Estados Americanos (OEA)	Sr. César Parga

Observadores oficiais

Confederação Parlamentar das Américas (COPA) – Assemblée nationale du Québec	Deputado Pierre Moreau
--	------------------------

Relatório final

Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

D. Anexo – Bibliografia de Verónica Silva

Original: Espanhol

ALADI (2001), *A OMC e sua incidência no processo de integração regional*. ALADI/SEC/Estudo 131, 23 de janeiro de 2001. ALADI - Secretaria Geral [web ALADI].

Banco Mundial (2005), *Global Economic Prospect*. 2005

BID (2002), *Beyond Borders. O novo regionalismo na América Latina. O progresso econômico e social na América Latina. Relatório de 2002*. Imprensa da Universidade John Hopkins, Washington, D.C.

BID - Centro Munk de Estudos Internacionais / Universidade de Toronto - Diálogo Interamericano (2002), *O processo de formulação da política comercial. Nível um de um jogo de dois níveis: Estudos de países do Hemisfério Ocidental*. BID/INTAL-ITD-STA, Documento de divulgação, março [web BID].

Bustillo, Inés e José Antonio Ocampo (2003) *Assimetrias e cooperação na Área de Livre Comércio das Américas*. CEPAL, Série Relatórios e Estudos Especiais, No. 13, maio 2003.

CEPAL (1994), *O Regionalismo Aberto na América Latina e Caribe. A integração econômica ao serviço da transformação produtiva com equidade*. LC/G.1801/Rev.1-P, Santiago, setembro 1994. Publicação das Nações Unidas, número de venda: S.94.II.G.3.

CEPAL (2002), *Globalização e desenvolvimento*. CEPAL, Secretaria Executiva. Documento LC/G.2157(SES.29/3), Santiago, abril 2002.

CEPAL (1996 a 2004), *Panorama da Inserção Internacional da América Latina e Caribe*, Edições 1996, 1997, 1998, 1999-2000, 2000-2001 e 2001-2002). Documentos: LC/G.1941, 1978, 2038-P, 2085-P e 2149-P, Santiago. [web DCII-CEPAL]. (capítulo sobre integração). "PANINSAL"¹.

CEPAL (2004), *Bilateralism and Regionalism in the Aftermath of Cancún: Re-establishing the Primacy of Multilateralism*. Nota da CEPAL. Mesa Redonda dos Secretários Executivos das Comissões

¹ Versão 2003-2004 em preparação (2005).



Regionais das Nações Unidas - UNCTAD XI. São Paulo, 15 de Junho de 2004.

CEPAL (2004), *Desarrollo productivo en economías abiertas*. Trigésimo período de sessões da CEPAL, San Juan – Porto Rico, De 28 de junho a 02 de julho. Documento LC/G.2234 (SES.30/3), 11 de junho de 2004. (web CEPAL). Capítulos 1.II.2., 2.I.1., 5 y 12.

FAO (2005), *Taller Regional de Clarificación sobre Negociaciones Comerciales en Agricultura – América Latina*. Santiago – Chile, 30 a 31 de Março de 2005 (site web: <http://www.rlc.fao.org/prior/comagric/cncm.htm>)

Finger, Michael e Philip Schuler (1999), *Implementation of Uruguay Round commitments: the development challenge*. Apresentado na Conferência OMC/BM sobre “Países em desenvolvimento numa Ronda do Milénio”, OMC-Genebra, 20 a 21 setembro de 1999.

Hoekman, Bernard e outros (2002), *Development, Trade, and the WTO. A Handbook*. Banco Mundial. Washington, DC

ICTSD-IISD (2004), *Developments Since the Cancún Ministerial Conference* (Dezembro 2004). Vol 3 (site web: <http://www.ictsd.org/pubs/dohabriefings/index.htm>)

Kuwayama, Mikio (2004), *Latin American South-South Integration and Cooperation: From a Regional Public Goods Perspective*. Série do Comércio Internacional, N° 50, Fevereiro 2005.

Lamy, Pascal (2004), *The Emergence of Collective Preferences in International Trade: Implications for Regulating Globalization*.

Lengyel, Miguel e Vivianne Ventura (Ed., 2003), *Trade policy reforms in Latin America. Multilateral Rules and Domestic Institutions*. Palgrave, Macmillan, Reino Unido.

Maldonado, Raul (2003), *Avance y vulnerabilidad de la integración económica de América Latina y el Caribe*. CEPAL, Série Comércio Internacional, N° 32, agosto 2003.

MERCOSUR (2004), *Un foco para el proceso de integración regional*. Primeiro Relatório Semestral da Secretaria do Mercosul. Montevideo, julho (web MERCOSUR).

OMC (2001), Documentos da IV Conferência Ministerial da OMC: i) “*Declaración ministerial*” (WT/MIN(01)/DEC/W/1, 14.11.2001) e ii)

Relatório final

Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

“Decisión sobre cuestiones relativas a la aplicación”
(WT/MIN(01)/W/10, 14.11.2001)

OMC (2003), *Entender la OMC*. 3ª edição (Publicado anteriormente com o título *“Con el comercio hacia el futuro”*). Setembro 2003.

OMC (2003), *Conferencia Ministerial de la OMC. Cancún 2003: Notas informativas para Cancún*. Publicado o 9 de setembro de 2003 (web OMC-Conferências ministeriais)

OMC (2004), *Informe sobre el comercio mundial 2004. Análisis del vínculo entre el entorno normativo nacional y el comercio internacional* (web OMC).

OMC (2004), *Programa de Trabajo de Doha. Decisión adoptada por el Consejo General el 1º de agosto de 2004*. WT/L/579, 2 de agosto de 2004

Silva, Verónica (2001), *El camino hacia las nuevas negociaciones comerciales en la OMC (post Doha)*. Série Comércio Internacional No. 23. CEPAL- Divisão do Comércio Internacional e da Integração, Santiago dezembro 2001. Documento LC/L.1684-P.

Sutherland e outros (2004), *El futuro de la OMC. Una respuesta a los desafíos institucionales del nuevo milenio*. Relatório do Conselho Consultivo ao Diretor Geral Supachai Panitchpakdi. (web OMC)

Tussie, Diana e Miguel Lengyel (1999), *Promoción de exportaciones y disciplinas multilaterales: posibilidades e interrogantes*. LATN Documento de trabalho N. 1, dezembro [web LATN].

UNCTAD (2004), *Examen de la evolución y las cuestiones del Programa de Trabajo posterior a Doha de particular interés para los países en desarrollo: perspectiva posterior a la UNCTAD XI*. Nota da Secretaria da UNCTAD. TD/B/51/4, 31 de agosto de 2004. Junta de Comércio e Desenvolvimento 51º período de sessões. Genebra, 4-15 de outubro de 2004.

Ventura-Dias, Vivianne e outros (2003), *Globalización y servicios: cambios estructurales en el comercio internacional*. CEPAL-DCII. Série Comércio Internacional No 46. Documento: LC/R.2054/E

Publicações periódicas (referência web):

<i>Bridges Weekly Trade News Digest</i>	www.ictsd.org/weekly/index.htm
<i>Geneva Update</i>	http://lists.iatp.org/listarchive
<i>Latin American Trade Network (LATN) - Newsletter</i>	www.latn.org.ar
SELA – Novidades	http://sela2.sela.org
<i>Third World Economics – Third World Network (TWN)</i>	http://www.twinside.org.sg/twe.htm www.redtercermundo.org.uy/revista del sur

Websites de interesse

ALADI	www.aladi.org
ALCA	www.ftaa-alca.org
APEC	www.apecsec.org.sg
Banco Mundial	www.worldbank.org
BID-INTAL	www.iadb.org/intal
CAN	www.comunidadandina.org
CARICOM	www.caricom.org
CEPAL - Divisão do Comércio (DCII)	www.eclac.cl/comercio
ICONE-Brasil	www.iconebrasil.org.br/portugues/default.asp
LATN (Flacso Argentina)	www.latn.org.ar
MCCA-SIECA	www.sieca.org.gt
MERCOSUL	www.mercosur.org.uy
OEA	www.sice.oas.org/TUnit
OECD	www.oecd.org
OMC	www.wto.org
SELA	http://sela2.sela.org
TLCAN	www.nafta-sec-alena.org
UNCTAD	www.unctad.org
União Europeia	www.europa.eu.int
USTR/USA	www.ustr.gov

5.8 Anexo 9 – Relatório e recomendações do Grupo de Trabalho 3 (Dívida Externa)

Relatório do Grupo de Trabalho Nº 3: Dívida Externa

Original: Espanhol

A. Debate do Grupo de Trabalho

O Grupo de Trabalho III, presidido pelo deputado argentino Luis Molinari Romero, abordou o tema “A Dívida Externa como Condicionante do Crescimento Econômico e da Qualidade de Vida”, contando com a participação de 19 parlamentares de onze países. Os integrantes do Grupo de Trabalho realizaram seus aportes e se efetuaram, entre outras, as seguintes considerações:

- O nível de endividamento de alguns países membros da FIPA há significado um condicionante muito forte, para o desenvolvimento de suas economias, limitando também as possibilidades de melhorar a qualidade de vida de seus povos.
- As estatísticas disponíveis indicam que o saldo da dívida externa dos membros de FIPA segue crescendo, apesar de que a quantia já paga supere largamente os empréstimos originais. Assim que, sob um ponto de vista prático, esta dívida pode considerar-se impagável para muitos dos países da região.
- As políticas impostas pelo Fondo Monetário Internacional (FMI) aos países com dívida não levam em conta as especificações nacionais, também não consideram as implicações de sua adoção sobre a diminuição da qualidade de vida da população, o crescimento da miséria e a conseqüente e perigosa perda da fé dos povos na democracia. Assim que a análise da questão da dívida externa não deve considerar apenas a dimensão financeira, más também as dimensões política y social.
- Também coincidiu em destacar a necessidade de uma redefinição do papel do FMI e de outros órgãos internacionais de crédito. Mostrou-se o papel negativo desempenhado pelas agências qualificadoras de riscos e sua crescente influencia na

determinação das condições dos empréstimos, com a utilização de critérios não acordes à realidade de cada país.

- Os processos de reestruturação da dívida recomendam pensar que no futuro se fará necessária uma nova estratégia sobre a qual articular as alternativas de vinculação dos países afetados com a comunidade financeira internacional. Neste sentido, se reforçou a recente experiência de reestruturação da dívida argentina, em exercício de sua soberania política e econômica, conduzida sob os princípios de boa fé e de isonomia entre os distintos credores privados. Houve consenso em apoiar reclamações dos países da região para que não se considere o investimento público como componente do gasto, para os créditos outorgados por órgãos multilaterais. Além disso, se propôs que os Paramentos se manifestem para solicitar aos países ricos ou desenvolvidos, um acordo para perdoar a dívida, dos países de menor desenvolvimento econômico, a saber: Bolívia, Haiti y Nicarágua.
- Não se pode esquecer que a capacidade de pago da dívida está vinculada à capacidade de produção de um país, sendo assim é imprescindível estimular os investimentos de capital produtivo de forma que proporcionem valor agregado à produção primária, para conseguir o crescimento do ingresso, do emprego e da competitividade nacional. No entanto, a estes esforços deve corresponder eliminação das medidas protecionistas dos países desenvolvidos.
- Também se observou que as sociedades são menos vulneráveis as crises financeiras e econômicas na medida em que seu sistema político seja mais democrático e transparente e suas contas públicas se manejam em de forma ordenada. Portanto, um dos elementos necessários a considerar na construção de sistemas econômicos sólidos e estáveis é a formulação e implementação de políticas públicas que reforcem o sistema político e que se ocupem da luta constante contra a corrupção.
- Os Paramentos devem então assumir um papel principal e sua função é fundamental tanto como geradores de instrumentos legais apropriados, como também no exercício de um adequado seguimento e controle do correto funcionamento das instituições participantes. Além disso os parlamentares compartilharam a

Relatório final

Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

preocupação pelas dificuldades que as crises externas impõem aos países mais vulneráveis.

B. Recomendações

Aprovadas pela Assembléia Plenária o dia 21 de maio de 2005.

Nós, parlamentares das Américas:

1. **Recomendamos** que os Parlamentos, como representantes dos povos das Américas, se incluam de forma decidida nos temas de endividamento e tenham um papel efetivo e ativo na definição das negociações internacionais da dívida.
2. **Recomendamos** que se desenhem os instrumentos legais adequados para que as ações de reestruturação financeira dos países, seja social e juridicamente sustentável, evitando assim que os problemas da dívida externa fiquem mais graves ainda.
3. **Recomendamos** que se-consiga, e a diplomacia parlamentar tem um papel fundamental, uma eficaz integração da região incluindo a coordenação de políticas macro-econômicas, e auspiciando a criação de um comitê interparlamentar de seguimento das negociações com as instituições financeiras internacionais.
4. **Ratificamos** absolutamente o exposto no Grupo de Trabalho II, na 2nda Assembléia Plenária de FIPA em Panamá 2003, quando se disse: "... é necessário aprofundar os mecanismos de integração inter-regional e solicitar às instituições financeiras internacionais a revisão de suas propostas de política econômica, no sentido de que as mesmas devem propiciar o crescimento econômico e não se converter em elementos adicionais favoráveis para entronizar as recessões".
5. **Recomendamos** que o Comitê Executivo do FIPA proponha perante a IV Cúpula das Américas, a realizar-se em Mar del Plata (Argentina) em 4 e 5 de novembro de 2005, a necessidade dos Chefes de Estado e de Governo nas Américas de ratificar o compromisso da luta contra a desigualdade, a diferença de acesso à educação, a fome, a pobreza e a corrupção, através da criação e promoção de empregos e da promoção da educação, sustentando os princípios da integração regional, equidade e cooperação, com



o objetivo de tornar viável o sistema democrático como único meio de participação de nossos povos.

Sr. Luis Arturo Molinari Romero

Deputado da Argentina

Presidente do Grupo de Trabalho sobre a Dívida Externa

Dr. Osmar Perazzo Lannes Júnior

Relator

C. Anexo – Participantes

Parlamentares

Argentina

Deputado Anibal Jesús Stella

Argentina

Deputado Luis Arturo Molinari Romero

Argentina

Deputada Alicia Ester Tate

Brasil

Deputado João Paulo Gomes da Silva

Brasil

Deputado Tarcísio Zimmermann

Canadá

Senador Percy Downe

Cuba

Deputada Elsa Rojas Hernández

Equador

Deputada Ana Lucía Cevallos Muñoz

Granada

Deputada Glynis Roberts

Guiana

Deputada Genevieve Allen

Honduras

Deputada Elisa Cristina Ruiz

Honduras

Deputado Jack Arévalo Fuentes

Jamaica

Deputada Sharon Hay-Webster

México

Senadora Filomena Margaiz Ramírez

México

Deputado Francisco Luis Monárrez Rincón

México

Deputado Jesús Porfirio González Schmal

Venezuela

Deputado Pedro Carreño

Venezuela

Deputado Rodrigo Cabezas

Venezuela

Deputado Simón Escalona

Peritos

Banco do Canadá

Sr. James Haley

Observadores oficiais

Parlamento Andino –

Parlamentar andina Juana Maria Vallejo

Equador

Klaere

Relatório final

Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

5.9 Anexo 10 – Relatório e recomendações do Grupo de Mulheres Parlamentares

Relatório da 3ª sessão regular Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

Original: Espanhol

O Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas do Fórum Interparlamentar das Américas se reuniu em Brasília e realizou suas atividades em duas sessões na Câmara dos Deputados nos dias 20 e 21 de maio.

A abertura e a mensagem de boas-vindas esteve a cargo da deputada do Brasil Janete Capiberibe e as reuniões foram presididas pela presidenta do Grupo, a deputada da Argentina Margarita Stolbizer.

A atividade do grupo tinha como eixo a criação de condições de igualdade que permitam fortalecer a governabilidade democrática.

Durante a primeira sessão foram apresentadas as Conclusões e Recomendações dos Fóruns regionais realizados em Barbados e Buenos Aires. Em seguida se abriu o debate durante o qual foram apresentadas novas sugestões de ações e políticas com novas recomendações para a Plenária do FIPA e para a Cúpula dos Chefes de Estado e Governo das Américas que se realizará em novembro na cidade de Mar del Plata, Argentina.

Durante a segunda sessão, assistiu-se à apresentação da Sra. Ana Falú, diretora regional da UNIFEM, que estabeleceu um extenso intercâmbio entre os parlamentares participantes da reunião do Grupo. (O texto integral da apresentação da Sra. Falú está disponível no www.e-fipa.org.)

A. Apresentações dos resultados dos 2 fóruns regionais

Barbados

O Fórum realizado em Barbados nos dias 20 a 22 de março, tendo como objetivo partilhar experiências e avaliar as condições de igualdade de gênero nas políticas públicas. A apresentação esteve a cargo da deputada Glynis Roberts de Granada. As principais recomendações foram:

1. *Incentivar* a participação das mulheres na política, criando redes e vínculos entre mulheres parlamentares e grupos de gênero para fortalecer e ampliar a mobilização feminina.
2. *Lutar* por um ambiente mais propício à participação das mulheres, especialmente com políticas na área da educação.
3. *Identificar* a legislação discriminatória em cada um dos países, procurando abolir ou modificar leis que fomentem desigualdades.
4. *Fortalecer* a legislação que combata a violência doméstica, redefinindo ações e penalidades.
5. *Acompanhar* as convenções internacionais sobre o tema, assim como os avanços nos países.

Argentina

O Fórum foi realizado em Buenos Aires entre 6 e 8 de abril, tendo como eixo central a construção de lideranças femininas para o fortalecimento da governabilidade democrática. O relatório esteve a cargo da deputada Margarita Stolbizer da Argentina.

O debate tratou da construção de lideranças para a qual é necessário reconhecer os obstáculos e superá-los. Abordou-se a “feminização da pobreza” e foram destacadas as dificuldades das mulheres para ter acesso à terra, à moradia, ao trabalho, à informação e às novas tecnologias. O caminho indicado para a superação dos obstáculos é investir em educação, implementando políticas públicas de formação e capacitação para reduzir as desigualdades.

Também se destacou a importância de construir lideranças de mulheres, representativas, comprometidas com os interesses sociais e orientadas por princípios éticos. As leis de quotas têm sido ferramentas eficientes para incentivar a participação feminina na política. Mas elas precisam ser complementadas com políticas que mudem os estereótipos que expressem discriminação. Também deve-se discutir os modelos difundidos através dos meios de comunicação.

Outro tema debatido no Fórum foi a violência doméstica, afirmando que a aceitação de relações desiguais no espaço doméstico/familiar se transfere para a aceitação da desigualdade nos espaços sociais. Para combater a violência doméstica é necessário atuar em nível legislativo, incentivando leis que penalizem suas manifestações e também se deve capacitar mulheres para que se defendam e usem essa legislação. Para

Relatório final **Quarta Assembléia Plenária**

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

isso, também são necessárias campanhas de conscientização sobre o problema e de divulgação das leis e das penalidades.

Quanto às políticas públicas, foi considerado que as mulheres devem lutar nos parlamentos para obter a atribuição dos recursos nos respectivos projetos.

B. Debates do Grupo

À luz dos resultados dos 2 fóruns regionais e da apresentação, os participantes abordaram os seguintes tópicos :

Legislação:

- Necessidade de cumprir a legislação existente sobre questões de gênero e incentivá-la nos países onde ainda não existe.
- Conhecimento da legislação existente que organiza o intercâmbio de informação entre os diferentes países.

Violência contra as mulheres:

- Necessidade de progredir na legislação para prevenir e reprimir a exploração sexual de crianças, combatendo suas formas modernas de difusão através da Internet.
- Combater o assassinato de mulheres, abolindo a impunidade dos responsáveis e definindo políticas de prevenção. Deve ser considerado um crime de lesa-humanidade nas convenções internacionais.
- Aperfeiçoar a legislação sobre violência sexual considerada insuficiente para evitar abusos.
- Lutar contra todos os tipos de violência contra mulheres, não somente a violência física, mas também a dependência econômica, e combater a violência psicológica que pode tomar diferentes formas.

Educação:

- Importância da educação e da capacitação, enfatizando o papel fundamental dos parlamentos para mudar os paradigmas que reproduzem a desigualdade. Criação de redes informais que participem do processo educativo.
- A capacitação também é necessária para uma participação maior das mulheres na política para melhorar a qualidade democrática.

Campanhas de divulgação:

- Promover campanhas de esclarecimento sobre a legislação que se considera pouco conhecida.
- Escolher temas específicos relacionados com mulheres, meninas e adolescentes para o debate do Grupo.
- Buscar novos paradigmas através dos meios de comunicação, orientados para a promoção de valores e para a divulgação da cultura.

Ações de integração:

- Criação de uma rede interparlamentar pelo direito a uma vida sem violência contra as mulheres que teria como finalidade coordenar as atividades das parlamentares, facilitando o intercâmbio sobre políticas nacionais e incentivando os avanços nesse campo.

Outros pontos que foram analisados:

- Luta pela descriminalização do aborto
- Importância da igualdade jurídica formal entre os sexos
- Importância de uma política de moradia para os setores mais desfavorecidos da população
- Construção de sistemas políticos conseqüentes com as políticas para a igualdade, educação, moradia e saúde dos povos
- Integração dos homens nesse debate

Propostas dos Participantes

Durante os debates os participantes concordaram sobre a necessidade de:

- Estimular a revalorização e o fortalecimento do papel do Parlamento dentro do funcionamento equilibrado da divisão de poderes do sistema democrático.
- Manifestar preocupação com a exploração sexual de crianças, o que deve ser incluído na agenda do Grupo cuja orientação será a de harmonizar as legislações nacionais para a prevenção e erradicação de tais delitos.
- Promover através do Parlamento Virtual da FIPA, a adequação de uma Rede interparlamentar pelo direito à vida sem violência contra as mulheres.

Relatório final

Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

- Destacar a importância do acesso à informação, à educação e a à capacitação para promover novas lideranças eficientes, éticas e comprometidas com as necessidades sociais.
- Instar os países a implementar políticas públicas que garantam condições objetivas de igualdade para o acesso à saúde, à educação, à terra, à moradia, ao trabalho, às novas tecnologias e aos meios de comunicação.

C. Recomendações

Aprovadas pela Assembléia plenária o dia 21 de maio de 2005.

Nós, parlamentares das Américas:

TENDO EM VISTA as recomendações feitas no 1 e 2 fórum regional sobre a liderança da mulher e democracia que foram realizadas em Barbados, de 20 a 22 de março de 2005, e em Buenos Aires, de 6 a 8 de abril de 2005.

LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO o que foi expresso durante a 3 reunião do grupo de mulheres em Brasília, Brasil, nos dias 20 e 21 de maio de 2005.

1. **Fazemos** nossas as recomendações e conclusões provenientes dos fóruns regionais.
2. **Apresentamos** aos chefes de estado e governo, que se reunirão em Mar del Plata, Argentina, para a IV Cúpula das Américas, nos dias 4 e 5 de novembro de 2005, as recomendações relacionadas à questão da mulher, pobreza e emprego, provenientes dos fóruns regionais, e que demanda levar-se em consideração, através da FIPA, a voz dos parlamentares e o desenvolvimento de um diálogo social que comprometa os atores governamentais e sociais num modelo de desenvolvimento com mais e melhores empregos.
3. **Solicitamos** que o secretariado técnico do FIPA, presente no Comitê Executivo da FIPA, em colaboração com a presidente do Grupo de mulheres parlamentares das Américas, a partir das recomendações feitas em Barbados, Argentina e Brasília, um plano de ações concreto para o grupo, no período de 2005- 2007.

Sra. Margarita Stolbizer

Deputada da Argentina

Presidente do Grupo de Mulheres Parlamentares das Américas

Sra. Ana Luiza Backes

Relatora

D. Anexo – Participantes

Parlamentares

Argentina	Deputada Alicia Ester Tate
Argentina	Deputada María Teresa Ferrín
Argentina	Deputado Luis Molinari Romero
Argentina	Deputada Olinda Montenegro
Argentina	Deputada Rosario Romero
Brasil	Deputada Janete Capiberibe
Brasil	Senadora Serys Sihessarenko
Canada	Senadora Madeleine Plamondon
Canada	Senadora Céline Hervieux-Payette
Cuba	Deputada Elsa Rojas Hernández
Cuba	Deputado Ernesto Suárez Mendez
Equador	Deputada Ana Lucia Cevallos Muñoz
Granada	Deputada Glynis Roberts
Guiana	Deputada Genevieve Allen
Honduras	Deputada Elisa Cristina Ruiz
Jamaica	Deputada Sharon Hay-Webster
México	Deputado Jesús Porfirio González Schmal
México	Deputada Blanca Gámez
México	Senadora Noemí Guzmán Lagunes
México	Senadora Silvia Hernández
México	Senadora María del Carmen Ramírez García
México	Deputado Luis Eduardo Espinoza Pérez
Paraguay	Deputada Rosa Esperanza Merlo Drews
Venezuela	Deputada Cilia Flores
Venezuela	Deputada Desiree Santos Amaral

Peritos

UNIFEM Sra. Ana Falú

Observadores oficiais

Confederação Parlamentar das Américas – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro	Deputada Aparecida Gama
Parlamento Andino - Equador	Parlamentar Andina Juana María Vallejo Klaere

Relatório final
Quarta Assembléia Plenária

Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

FIPA/PA/2005/REP/p Original : Francês

5.10 Anexo 10 – Composição do Comitê Executivo 2005-2006

Membros do Comitê Executivo do FIPA para 2005-2006

<u>Representante</u>	<u>Parlamentar</u>	<u>País</u>	<u>Mandato</u>
Presidência	Senadora Céline Hervieux-Payette	Canadá	2004 a 2006
América do Norte	Don Boudria, Deputado	Canadá	2004 a 2006
	Senadora Silvia Hernández	México	2005 a 2007
América central	Deputado Jack Arévalo	Honduras	2004 a 2006
	Deputado Gudy Rivera Estrada	Guatemala	2005 a 2007
Caribe	Senadora Sandra Husbands	Barbados	2004 a 2006
	Senadora Brenda Hood	Granada	2005 a 2007
América do Sul	Senador Alejandro Velázquez	Paraguai	2004 a 2006
	Deputado Iván Moreira Barros	Chile	2005 a 2007
País anfitrião da Plenária	Representante Nancy Patricia Gutiérrez	Colômbia	2005 a 2006
Secretária	Sra. Emmanuelle Pelletier		

